

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Higor Pontes Pinto Brito

Sofrimento Psíquico em Policiais Militares: um estudo de revisão

Rio de Janeiro

2020

Higor Pontes Pinto Brito

Sofrimento Psíquico em Policiais Militares: um estudo de revisão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Orientadora: Dra. Edinilsa Ramos de Souza.

Coorientadora: Dra. Cristiane Batista de Andrade.

Rio de Janeiro

2020

Título do trabalho em inglês: *Psychic Suffering in Military Policemen: a review study.*

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

B862s Brito, Higor Pontes Pinto.
Sofrimento psíquico em policiais militares: um estudo de revisão /
Higor Pontes Pinto Brito. -- 2020.
67 f. : il. color. ; graf.

Orientadora: Edinilsa Ramos de Souza.
Coorientadora: Cristiane Batista de Andrade.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2020.

1. Estresse Psicológico. 2. Trabalho. 3. Polícia. 4. Militares.
5. Organização e Administração. 6. Saúde Mental. I. Título.

CDD – 23.ed. – 362.2

Higor Pontes Pinto Brito

Sofrimento Psíquico em Policiais Militares: um estudo de revisão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Aprovada em: 29 de junho de 2020.

Banca Examinadora

Dra. Dayse Assunção Miranda

Instituto de Pesquisa Prevenção e Estudo sobre Suicídio – Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio.

Dra. Patrícia Constantino

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz

Dra. Edinilsa Ramos de Souza (Orientadora)

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz

Dra. Cristiane Batista de Andrade (Co-orientadora)

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2020

Às trabalhadoras e trabalhadores que empenham suas vidas para dar voz e acolher a dor alheia e persistem trabalhando para fazê-la cessar.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dra. Edinilsa Ramos de Souza, por acolher com abertura a proposta deste trabalho, me possibilitando trabalhar com liberdade, por me orientar sempre de uma forma objetiva, compartilhando muito do seu conhecimento e experiência, por acreditar em mim e contribuir para o meu crescimento na trajetória acadêmica.

À minha co-orientadora, Dra. Cristiane Batista Andrade, por abraçar comigo o desafio sobre um tema tão instigante, mas ao mesmo tempo intrigante, por me ajudar a ampliar o olhar sobre a minha pesquisa, pela sua postura acolhedora e carinhosa, por todo o suporte oferecido e por me apresentar ao Leonardo Simonini, a quem aproveito para agradecer todo o auxílio que me prestou nos diversos momentos em que solicitei. Obrigado por tanto!

Ao programa de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e ao Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, bem como aos profissionais, que trabalham com dedicação para que tudo acontecesse da melhor forma possível nesse processo formativo.

À Dra. Dayse Miranda, por aceitar o convite para participar banca de avaliação, contribuindo desde a qualificação, para a evolução deste estudo. Obrigado por todas as contribuições e por carinhosamente compartilhar seus conhecimentos, que foram (e são) de suma importância.

À Dra. Patrícia Constantino, por todo o incentivo, por acreditar na potência deste trabalho, por todo o carinho, por estar sempre disposta a ajudar, por estar presente neste momento, com suas contribuições, sempre muito pertinentes.

À Dra. Fátima Ceccheto e ao Dr. Marcello Rezende, por acolherem com solicitude a indicação para a composição da banca de avaliação. Obrigado por aceitarem e pelo interesse em também colaborar com este trabalho, foi muito importante contar com a presença de vocês.

Aos meus pais, Arlete Pontes e João Pimentel, e meu irmão, Yan Pontes, por me incentivarem sempre e me auxiliarem em tudo o que fosse necessário, por suportarem a distância e a ausência, por acreditarem em mim e por me sustentarem nos meus momentos de fraqueza. Obrigado por me “permitirem voar”, nada teria sentido de vocês não estivessem comigo. À Glória Regina (ou apenas dona Glória), que foi para mim, personificação de família durante todo o tempo em que permaneci distante de casa, fez do seu lar uma extensão do meu. Obrigado por todo aprendizado, por todo cuidado e zelo, não consigo imaginar como seria essa trajetória sem a sua participação, mas me arrisco a dizer que seria mais difícil e pesada.

Aos colegas de turma: Alana, Aline, Desirré, Gisele, Isabele, Juliana, Leonardo, Mariana, Mayra, Raquel, Thayana e Verônica, pelo caminho que trilhamos juntos, por cada momento

que pudemos compartilhar as angústias e alegrias, por todo aprendizado que pude adquirir em nosso convívio. Desejo-lhes toda sorte de coisas boas e que se realizem em vossos caminhos. De maneira muito especial, quero dizer da alegria que foi poder compartilhar cada momento com minhas amigas belíssimas, Isa, Ju e Thay, que estiveram sempre muito próximas. Obrigado por tanto!

Gostaria de agradecer também àqueles que, no âmbito do trabalho, me ajudaram antes e durante a minha trajetória do mestrado, os quais, sem o apoio, não seria possível concluir essa jornada. Não é possível mensurar a importância da ajuda de cada um, bem como não se pode mensurar minha gratidão.

Ao Major PM Luz e ao Subtenente PM Brasil, amigos que me incentivaram desde o princípio do processo seletivo para o mestrado e deram todo apoio necessário num momento crucial dessa trajetória. O agradecimento a eles dirigido estende-se a todas e todos os policiais militares do 8º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, praças e oficiais, com os quais tive a honra de conviver, trabalhar e aprender.

À Coronel PM Fernanda e ao Coronel PM Freiman, respectivamente diretora e subdiretor da Diretoria Geral de Pessoal da PMERJ, que atenciosamente me acolheram, acreditaram na relevância do projeto e me possibilitaram conciliar as atividades do mestrado com as atividades laborativas e a todas as praças e oficiais, com os quais tive também tive a alegria de conviver, trabalhar e aprender um pouco mais.

Ao Coronel PM Cajueiro e ao Ten. Cel. PM Rodrigues, respectivamente diretor e subdiretor da Diretoria de Assistência Social da PMERJ (DAS), à época em que cheguei nesta unidade, com os quais muito pude aprender, que se tornaram referências, e de quem sempre recebi grande apoio em todas as ocasiões. Meu agradecimento estende-se também a todos os oficiais que fizeram parte da DAS nesse período, aos que se interessaram pelo projeto e que ao exemplo dos comandantes, foram solícitos e abertos ao diálogo.

À Coronel PM Clarisse e à Major PM Letícia, respectivamente diretora e subdiretora da DAS, que assumiram a diretoria, sem substituição aos antigos diretor e subdiretor, por todo apoio e incentivo, por também confiarem na relevância do projeto, pelo exemplo de comando, liderança e profissionalismo. Estendo ainda o agradecimento às Oficiais e aos Oficiais Assistentes Sociais, por todo aprendizado, pela acolhida e amizade, bem com a todas as praças e demais oficiais da DAS, que se tornaram uma nova família para mim. Obrigado por abrilhantarem e tornarem especial esse momento da minha história. Gratidão!

Por último, mas não menos importante, quero agradecer a todos os meus amigos, os que sempre estiveram e estão comigo, que sempre torceram, rezaram, se preocuparam e se alegra-

ram. Sou muito agraciado por tê-los em minha vida, obrigado por tornarem a jornada suportável e às vezes até mais leve. Amo vocês!

Gostaria de agradecer a tantas pessoas! São tantos nomes, histórias, momentos e lembranças e tudo só faz crescer minha gratidão. Palavras não são (e nunca serão) suficientes para expressar ou sequer atribuir alguma medida ao que sinto.

*Guerreiros são pessoas tão fortes, tão frágeis.
Guerreiros são meninos no fundo do peito.
Precisam de um descanso, precisam de um remanso
Precisam de um sono que os torne refeitos.
É triste ver esse homem, guerreiro-menino
com a barra do seu tempo por sobre seus ombros.
Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra
a dor que tem no peito, pois ama e ama.
Um homem se humilha, se castram seu sonho.
Seu sonho é sua vida e a vida é trabalho
e sem o seu trabalho o homem não tem honra
e sem a sua honra, se morre, se mata.
Não dá pra ser feliz.*

(Um homem também chora –
GONZAGUINHA, 1983).

RESUMO

Este estudo tem como objeto o sofrimento psíquico de policiais militares no Brasil. Partiu do pressuposto de que o trabalho policial militar favorece a ocorrência de sofrimento psíquico, e fundamentou-se em autores como Dejours, Goffman e Foucault. Teve como principal objetivo verificar se a produção acadêmica nacional relaciona o sofrimento psíquico às condições e à organização do trabalho policial militar e, em caso positivo, como o faz. Para isso, realizou uma revisão integrativa nas principais bases bibliográficas como Portal BVS, Pubmed, Scielo, Scopus, Web of Science e Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Foram selecionados para análise 32 documentos publicados entre os anos de 1999 a 2019. A análise descreve quantitativa e qualitativamente esse acervo constituído por 15 artigos, 15 dissertações e duas teses. Os resultados mostram que houve um aumento na produção acadêmica, referente ao tema, na última década. As áreas do conhecimento que mais produziram estudos foram a Psicologia e a Saúde Pública. A maior parte das produções analisadas relaciona o sofrimento psíquico ao trabalho policial militar, o que corrobora o pressuposto inicial, e detalha os aspectos organizacionais que favorecem o surgimento do sofrimento psíquico nesses trabalhadores, tais como a carga de trabalho, a divisão das tarefas, as pressões dos mecanismos disciplinares, a rigidez nas relações hierárquicas e na organização do trabalho. Pode-se concluir que as condições e a organização do trabalho estão relacionadas com o sofrimento psíquico vivenciado por policiais militares no Brasil. É necessário que se promova a sensibilização dos atores envolvidos, independente do estrato hierárquico, acerca da importância da atenção à saúde mental e da compreensão dos impactos institucionais decorrentes dos problemas relacionados ao sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico; Trabalho; Polícia militar; Organização do Trabalho; Saúde mental.

ABSTRACT

This study aims the psychological suffering of military police in Brazil. It assumed the hypothesis that military police work favors the occurrence of psychological suffering, and was based on authors like Dejours, Goffman, and Foucault. Its main objective was to verify whether the national academic production relates suffering psychic to military police conditions and organization work and, if so, how it does it. For this, it effectuated an integrative review in the main bibliographic bases such as Portal VHL, Pubmed, Scielo, Scopus, Web of Science, and Digital Bank of Theses and Dissertations (BDTD). 32 documents published between 1999 and 2019 were selected for analysis. The analysis describes quantitatively and qualitatively this collection consisting of 15 scientific articles, 15 dissertations, and two theses. The results show that there was an increase in academic production, related to the theme, in the last decade and that the areas of knowledge that produced the most numerous studies were Psychology and Public Health. Most of the analyzed productions relate psychological suffering to military police work, which corroborates the initial assumption, and details the organizational aspects that promote the emergence of psychological suffering in these workers, such as the workload, the division of tasks, pressure from disciplinary mechanisms, rigidity in hierarchical relationships and work organization. It can be concluded that the conditions and organization of work are related to the psychological suffering experienced by military police in Brazil. It is necessary to promote the awareness of the actors involved, regardless of the hierarchical stratum, about the importance of mental health care, and the understanding of institutional impacts resulting from problems related to psychic suffering.

Keywords: Psychic suffering; Work; Military police; Work organization; Mental health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Descritores utilizados nas bases de dados pesquisadas	29
Quadro 2 -	Elegibilidade e critérios de exclusão da amostra analisada.....	30
Quadro 3	Publicações selecionadas para análise.....	31
Gráfico 1 -	Distribuição do número de documentos, segundo o ano de publicação.....	37
Gráfico 2 -	Distribuição do número de documentos, segundo o tipo de documento	38
Gráfico 3 -	Distribuição do número de documentos, segundo o tipo e período de publicação	38
Gráfico 4 -	Distribuição do número de documentos, segundo a região do estudo...	39
Gráfico 5 -	Distribuição do número de documentos, segundo a região do estudo e tipo de publicação.....	40
Gráfico 6 -	Distribuição do número de documentos, segundo a área do conhecimento.....	41
Gráfico 7 -	Distribuição do número de documentos, segundo a área do conhecimento e período.....	42

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	12
2 - JUSTIFICATIVA	14
3 – OBJETIVOS	17
3.1 – OBJETIVO GERAL	17
3.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
4 – MARCO TEÓRICO	18
4.1 – PRINCIPAIS CONCEITOS	18
4.2 – SOBRE A SAÚDE	25
4.3 – SOBRE A POLÍCIA MILITAR	27
5 - METODOLOGIA	29
5.1 – ASPECTOS ÉTICOS.....	36
6 – RESULTADOS	37
6.1 – CARACTERIZAÇÃO QUANTITATIVA DO ACERVO	37
6.2 – CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DO ACERVO	43
6.2.1 – Sofrimento psíquico e trabalho policial militar: uma relação possível?	43
6.2.2 – Sobre as condições e organização do trabalho, que propiciam o sofrimento psíquico em policiais militares	46
6.2.3 - Repercussões do trabalho policial na saúde física e mental dos policiais militares	48
7 – DISCUSSÃO	52
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1 – INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto o sofrimento psíquico em policiais militares e seu principal objetivo é pesquisar como as produções acadêmicas, nos últimos anos, no âmbito nacional, tem abordado essa questão. O pressuposto que norteia esta pesquisa é o de que o trabalho policial militar influencia e/ou favorece a ocorrência de sofrimento psíquico em policiais militares.

A Polícia Militar, seja no aspecto institucional ou operacional, tem mobilizado considerável número de estudos e análises. É importante salientar que este modelo de polícia que conhecemos atualmente, ou seja, a polícia ostensiva, é relativamente recente na história do mundo ocidental. Surge sob a ótica de uma nova concepção de Estado, cujo intuito é se produzir e manter a paz utilizando-se de soluções civilizadas e meios pacíficos (MUNIZ, 1999).

Portanto, essas “agências policiais” surgem da interação de elementos do âmbito político, nem sempre confluentes, como por exemplo: o consentimento dos cidadãos, a ação legal e o monopólio do uso legítimo da força, no intuito de operacionalizar a convergência destes elementos conflitantes. Partindo dessa contribuição de Muniz (1999), podemos notar aspectos da complexidade do trabalho policial, considerando também o regime hierárquico e disciplinar ao qual estes trabalhadores estão submetidos e sugerir que esse conjunto de variáveis influenciam direta e indiretamente em sua saúde.

De acordo com Minayo et. al. (2008, p. 89) esta corporação caracteriza-se por se organizar com base na hierarquia e na disciplina, “dois pilares inseparáveis e interdependentes da vida militar”, que podem ser percebidas institucionalmente através de seus símbolos, insígnias e sua visão corporativa. Tal estruturação explicita continuamente a todos os seus membros como a corporação funciona e quais os papéis que devem ser exercidos por cada um, a partir do seu lugar na instituição.

Esta instituição é perpassada por construções simbólicas de âmbito pessoal e coletivo, que interferem direta e indiretamente na sua relação com a sociedade e na visão desta, a respeito das posturas assumidas pela Polícia Militar e por seus profissionais. Esses, por sua vez, encontram-se em situações paradoxais, entre o cumprimento das ordens emanadas pela instituição e a real viabilidade de execução delas, entre cumprir os anseios sociais de proteção e segurança e o uso legítimo da força.

Outra categoria fundamental nesta pesquisa é o sofrimento psíquico, que de acordo com Minayo et. al. (2008, p. 223) : “caracteriza-se fundamentalmente por um mal-estar

inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem acarretar limitações severas no dia-a-dia, podendo transformar-se em doença pela sua intensidade e cronicidade.” Já Ceccareli (2005) compreende essa categoria como uma descompensação decorrente da organização do trabalho, que provoca diversas manifestações de desordem psicológica, como angústia, infelicidade, medo, ansiedade, entre outras.

O sofrimento psíquico dos trabalhadores policiais militares, vem ganhando a atenção da mídia e tem se tornado um tema cada vez mais frequente nos noticiários; presente também no âmbito do debate social. Portanto, reiterando a pertinência do tema, surgem as seguintes questões norteadoras deste estudo: existe relação entre o sofrimento psíquico e o trabalho policial militar? Confirmando-se esta relação, como as produções acadêmicas nacionais abordam a temática do sofrimento psíquico no âmbito da polícia militar?

2 - JUSTIFICATIVA

O interesse em pesquisar o tema deve-se a diversos motivos, dentre eles, o fato de fazer parte do quadro de praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro há mais de nove anos, ocupando, segundo a estrutura hierárquica da corporação, a graduação de cabo.

A transição da “vida civil” para a “vida militar” suscitou novas possibilidades de conceber a realidade na qual vivem os policiais militares e essa transição não acontece da mesma forma para todos, pois cada pessoa é alcançada de uma maneira e interagirá a partir de suas crenças, valores e da assimilação dos novos conhecimentos e circunstâncias.

Passado o período de formação, já no campo de trabalho, ocorreu a oportunidade de trabalhar em diferentes locais, tais como: Unidades de Polícia Pacificadora (UPP Providência e Mangueira/Tuiuti); Batalhões Operacionais (Macaé, Santo Antônio de Pádua e Campos dos Goytacazes). Nesses locais, foi possível exercer as funções operacionais (patrulhamento ostensivo) e funções administrativas; e Unidades Administrativas (Diretoria Geral de Pessoal e Diretoria de Assistência Social).

Essa trajetória permitiu a observação diversificada de comportamentos de policiais, independentemente de seu grau hierárquico, algumas configurações da relação institucional, bem como a interação destes profissionais com a instituição e certas consequências desta. Tal experiência impulsionou o desejo de estudar sobre a saúde mental destes trabalhadores, que têm como juramento servir e proteger os cidadãos, zelando por sua incolumidade física e a do patrimônio, mesmo com o sacrifício da própria vida.

Indubitavelmente, o olhar lançado sobre esta realidade de trabalho como policial militar não está dissociado do fato de também ser psicólogo. Este encontro não é apenas a junção de duas profissões, mas a conjugação de experiências e pontos de vistas distintos, com a curiosidade de questionar, buscar compreender e, se possível, fomentar novas reflexões sobre a saúde mental dos policiais militares e suas demandas originadas na interação com o campo de trabalho.

Na esfera acadêmica, de acordo com Muniz et. al. (2018), nas últimas décadas cresceram em quantidade e qualidade os estudos que focalizam a polícia sob as mais variadas abordagens. Nesse artigo citado, os autores, primeiramente, procuram identificar e situar o espaço dos estudos sobre policiais nas ciências sociais em âmbito nacional e fazem um levantamento dos artigos, separando-os por categorias e temas. Um dos achados da pesquisa, foi o volume considerável de trabalhos desenvolvidos e publicados no período entre os anos

de 2000 e 20017. Localizaram 194 artigos publicados em revistas indexadas, da área das Ciências Sociais; figuraram também nessa revisão livros, capítulos de livro, monografias, relatórios de pesquisa, dissertações, teses, entrevistas, manuais, cartilhas, notas técnicas, informes e artigos de opinião. Mas, apesar desse aumento na produção acadêmica sobre a polícia, a partir do final dos anos de 1990, as indagações sobre as questões pertinentes ao universo policial continuam inquietando pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, principalmente no tocante àquelas que envolvem a saúde desses trabalhadores.

Ainda no âmbito acadêmico, na esteira das relevantes produções e estudos sobre Segurança Pública, cabe ressaltar as contribuições do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes (UCAM), que atualmente possui linhas de pesquisa dirigidas ao sistema de justiça e segurança pública, tais como: Polícia e Sociedade; Justiça e Sistema Penitenciário; Indicadores e Políticas de Segurança; Juventude; Movimentos Sociais e Cidadania; Mídia e Violência; Política de Drogas; e Mediação de Conflitos. Outrossim, a imprescindível participação das pesquisadoras e pesquisadores do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), que desde 1988 estudam os impactos da violência sobre a saúde da população e, no decorrer dos anos, tem produzido importantes pesquisas sobre os agentes policiais, suas condições de trabalho, saúde e os impactos da violência sobre a mesma, com destaque para os títulos: “Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro”(MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008) e “Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial”(MINAYO; SOUZA, 2003), livros que resultaram de pesquisas feitas na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

Reconhecendo a efetiva participação da Polícia Militar, no contexto social brasileiro, a partir da constituição do Estado moderno, qualquer evento que afete o trabalhador policial militar tende a impactar, direta ou indiretamente, a sociedade. Portanto, o sofrimento psíquico, que na maior parte das vezes implica no afastamento destes profissionais de suas atividades laborais, e se reflete na quantidade de policiais aptos para o patrulhamento ostensivo, que é considerado uma atividade fim, aumentando ainda mais a sobrecarga de trabalho destes, e na qualidade dos serviços prestados pela corporação, em consequência da diminuição de um efetivo que já é deficitário.

Uma pesquisa realizada pela Comissão de Estudos sobre Vitimização Policial (DERENUSSON, 2017) apontou que entre os anos de 2013 e 2016 ocorreram 9.058 licenças

para tratamento de saúde e desse quantitativo, 2.751 licenças (pouco mais de 30%) foram concedidas por questões de ordem psicológica/psiquiátrica. Outro dado relevante no estudo é que 58% dos policiais aos quais foram concedidas as licenças têm até dez anos de serviço. Tais dados apontam na mesma direção de outros resultados, já apresentados por Minayo et. al. (2008), que encontraram que, independente do posto ou graduação, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), 37,5% dos profissionais informaram vivenciar sofrimento psíquico.

Assim, ao considerar os aspectos históricos e organizacionais da Polícia Militar, bem como o patrimônio humano, das vidas de seus policiais e de toda sociedade a quem prestam os seus serviços, justifica-se o interesse e a necessidade de realizar uma pesquisa sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico dos trabalhadores policiais militares.

A partir destas e outras contribuições de estudos relacionados à corporação, a pesquisa busca aprofundar o conhecimento sobre a relação entre o trabalho policial militar e o sofrimento psíquico de policiais e, com isso, poder contribuir para ampliar o horizonte de estudos sobre as questões pertinentes ao processo de saúde e sofrimento psíquico destes trabalhadores.

3 – OBJETIVOS

3.1 – OBJETIVO GERAL

- Verificar como a produção acadêmica brasileira tem abordado o sofrimento psíquico de policiais militares.

3.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar se a literatura pesquisada relaciona o sofrimento psíquico ao trabalho policial militar;
- Identificar quais são os principais aspectos, das condições e da organização do trabalho, que propiciam o sofrimento psíquico em policiais militares;
- Compreender as repercussões do trabalho policial na saúde física e mental dos policiais militares.

4 – MARCO TEÓRICO

4.1 – PRINCIPAIS CONCEITOS

Para o aprofundamento teórico da pesquisa proposta, são apresentados conceitos e contribuições de autores como Cristophe Dejours, Erving Goffman e Michel Foucault, bem como as concepções de saúde e saúde mental, que são necessárias para definir e respaldar a perspectiva adotada neste trabalho.

Os conceitos de “*instituições totais*”, “*mortificação do eu*”, “*carreira moral*” e “*estigma*”, trabalhados a partir de Goffman, foram utilizados na busca de se estabelecer um paralelo teórico com alguns contextos institucionais da Polícia Militar.

Em Foucault, aborda-se o conceito de “*disciplina*”, enquanto método de coerção, no intuito de também referenciá-lo a um dos aspectos basilares da instituição policial militar, que tem por objetivo não apenas docilizar os corpos, mas principalmente torna-los úteis, possibilitando igualmente um diálogo com conceitos apresentados por Goffman.

Por fim, os conceitos dejourianos de: “*saúde*”, “*sofrimento*”, “*estratégias defensivas*”, “*trabalho*”, “*organização do trabalho*”, “*condições de trabalho*” e “*organização do trabalho*”, com a finalidade de fornecer o devido embasamento para que seja possível fazer a relação dos objetivos propostos.

A seguir detalham-se os conceitos supracitados.

De acordo com Goffman (1999), toda instituição possui tendências de fechamento, embora algumas sejam mais fechadas do que outras. Esse fechamento é caracterizado simbolicamente por barreiras à relação social e por cerceamentos à saída, que podem estar incluídas num esquema físico, e a esses estabelecimentos ele nomeou de “*instituições totais*”.

Segundo o autor, sobre os tipos ideais de instituições totais, estas podem ser criadas para: pessoas consideradas incapazes e inofensivas, pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que, mesmo sem querer, podem significar potenciais ameaças à comunidade, para proteger a comunidade de perigos provocados intencionalmente por terceiros, para pessoas se distanciarem do mundo e para pessoas realizarem tarefas de uma forma mais adequada. Cabe ainda ressaltar que tal classificação é apenas um ponto de partida, para viabilizar a discussão das características específicas e próprias destas instituições:

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há

também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada um é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu (GOFFMAN, 1999, p. 22).

À priori, a instituição policial militar não se enquadra completamente nesta classificação (de instituição total), embora sua rotina seja peculiar e restrita a determinada quantidade de pessoas que estão implicadas no seu processo de trabalho ou são destinatários de suas ações de prevenção, proteção e coerção. Tendo em vista a realidade brasileira, considerando os altos índices de violência vivenciada por policiais, como vítima, perpetrador ou apenas enquanto membro de uma sociedade permeada por esta violência em suas diversas manifestações, pode-se também fazer alusão às barreiras que são levantadas nas relações sociais dos policiais militares, pela sua profissão, até mesmo como uma forma de proteção.

Partindo desta definição e analisando o processo de assimilação dos princípios básicos de hierarquia e disciplina, podemos alusivamente tomar o aspecto da modulação das individualidades como característica efetiva no contexto da Polícia Militar, uma vez que, embora não seja uma comunidade residencial, é uma organização formal que exerce sobre os seus membros significativa modificação à subjetividade, impelindo sempre que possível a uniformização e padronização dos gestos, vestimentas, procedimentos, entre outros aspectos da vida particular das pessoas. Segundo as próprias palavras do autor, ocorre sistematicamente, mesmo que não seja intencional, a “*mortificação do eu*” e isso acontece a partir das mudanças na carreira moral e nas crenças que a pessoa tem sobre si e a respeito daqueles que são importantes para si. Diz Goffman (1999, p. 24): “Os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais.”

Embora esta separação não esteja evidenciada na teoria sobre as instituições totais, é possível inferir que o fato de ser policial militar é condição *sine qua non* para o estabelecimento de uma nova maneira de interação deste trabalhador com o seu meio social, o que não raramente, atinge também os seus familiares mais próximos. Este aspecto de limitação da convivência, entre outros, implica de certa maneira na *mortificação do eu*, que é de acordo Goffman (1999), quando o indivíduo assume comportamentos colocados pela instituição, em detrimento de seus desejos e subjetividade.

Neste sentido, é notável a mudança de comportamento do trabalhador policial militar na transição da vida civil, ou como é dito comumente: “paisano”, para a vida de militar. Comportamentos, o acesso a certos ambientes, o círculo social e demais aspectos da vida particular destes trabalhadores são submetidos ao crivo da nova identidade profissional, tendendo à mudança, e os efeitos desta escolha profissional alcançam familiares e demais pessoas que estão próximas deste ou desta policial.

Ainda segundo Goffman (1988, p. 41):

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu – uma “carreira moral semelhante, que não é só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais.

A partir deste destaque, no qual é apresentado o conceito de carreira moral é possível pensar a carreira do policial militar, enquanto formação de uma condição ou até mesmo uma identidade profissional. Não se pretende, com isso, dizer que a profissão em si seja um estigma, mas o ponto em questão, aqui colocado, é a formação deste trabalhador, a padronização das práticas, a hierarquia e disciplina que visa a garantir a construção de um *modus operandi*, previsto por um conjunto de normas que propiciam experiências semelhantes aos que estão a elas submetidos, diretamente relacionadas à sua condição de policial militar, passando por mudanças diretas e indiretas na concepção de sua singularidade. Cabendo ressaltar que embora isso ocorra em outras profissões, quando se trata da profissão policial, adquire uma conotação específica, haja vista a existência de ideias pré-concebidas acerca das pessoas que exercem essa função.

Ao observar os aspectos do trabalho policial na execução de sua atividade fim, que é o patrulhamento ostensivo, é possível realizar a aproximação do conceito de carreira moral, pois o cotidiano do trabalho produz constante aprendizado pessoal, cujo ponto de referência é a condição profissional. Embora não seja uma referência a um estigma propriamente dito, a condição de policial militar proporciona, aos que compartilham desta função, a necessidade de constantes ajustes pessoais para que consigam interagir na corporação e com a sociedade.

Outro ponto importante a se destacar, é que embora as instituições totais operem de forma a esquadrihar e dominar os aspectos subjetivos de seus membros, sempre existirão movimentos que objetivam a liberdade, a recusa em aceitar o que a instituição impõe como forma ideal de estar no mundo.

Fazendo uma relação com o contexto da polícia militar, é possível afirmar que estas posturas também se repetem entre os seus membros em relação às regras, normas e procedimentos percebidos como destoantes da realidade ou das condições que não são passíveis de realização. A discrepância entre o que é prescrito e o que acontece na prática, na rotina desta instituição, as relações entre superiores e subalternos, a relação muitas vezes conturbada com a sociedade e a massiva veiculação de uma imagem institucional negativa, por vezes corroborada pelas ações de trabalhadores da classe policial. Estes são aspectos que contribuem para o sofrimento psíquico destes profissionais e futuro adoecimento, caso estas

demandas não sejam vislumbradas e/ou solucionadas.

O ponto em questão, é que dado o grau de fechamento institucional, em alguns aspectos, e a própria conjuntura política, que parece não considerar a complexidade do trabalho, restringindo-os à imagem de um corpo, cujas ações são passíveis de padronização e os resultados podem ser controlados pela força que a instituição exerce sobre este “corpo”. Deste modo, o adoecimento é também uma forma de rompimento com a ordem vigente sobrepondo ao ritmo institucional o tempo do sujeito adoecido, como se poderia dizer nas palavras de Goffman (1999, p. 246) “Sempre que se impõem mundos, se criam submundos”.

Na sua obra “*Vigiar e Punir*”, Foucault (2011) fala sobre os métodos de coerção que se dão de forma ininterrupta e que esquadrinham o movimento, o tempo, os espaços, permitindo, com isso, o controle do corpo e suas operações, impondo-lhe uma relação de submissão e utilidade, o que segundo o autor pode-se chamar de disciplina. Explicita o autor:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 2011, p. 133–134)

A disciplina é um dos pilares da polícia militar e a partir da conceituação foucaultiana acerca desse tema, podemos facilmente identificar tais aspectos no corpo institucional e nos corpos daqueles que operacionalizam a sua lógica, que estão diuturnamente nas ruas para fazer cumprir a lei e a ordem. Vale ressaltar que a disciplina e as consequências do disciplinamento não se restringem ao ambiente castrense, pois tomam parte da vida pessoal do policial alcançando seus círculos de amigos e familiares.

Em seu livro *A loucura do trabalho*, Dejours (2015) procura responder como os trabalhadores fazem para lidar com o sofrimento causado pelo trabalho, o que eles fazem para não enlouquecer, ressaltando que para que exista sofrimento é necessário que exista um corpo para experimentá-lo, ou seja, é no corpo que se inscrevem os efeitos desta simbiótica relação entre o trabalhador e o trabalho. O conceito de sofrimento para o autor é basal e tem a ver com a interação vivenciada pelo sujeito entre o bem-estar psíquico e as pressões que o

encaminham ao adoecimento mental.

É necessário deixar claro que se trata de uma estruturação dinâmica, que varia de acordo com cada pessoa que, para enfrentar o sofrimento produzido pelo trabalho, cria o que o autor chama de *estratégias defensivas*, que são operacionalizadas a partir de procedimentos individuais e coletivos utilizados pelos trabalhadores (DEJOURS, 2015).

Para Dejours (2004, p. 28) “trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real [...] O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o real deve ser, a cada momento, inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha.” Nesta concepção, para além das definições clássicas conhecidas, o autor nos convida à percepção de um aspecto colaborativo do trabalho para a formação da subjetividade e o consequente convite à interação deste sujeito e suas vivências com as prescrições do trabalho. A partir deste ponto de vista, o trabalho se configura como aquilo que o trabalhador deve adicionar ao que lhe é prescrito, para que possa alcançar os objetivos pertinentes à sua ocupação:

A psicodinâmica do trabalho defende a hipótese segundo a qual o trabalho não é redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo. O trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma prova que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo se realizar. (DEJOURS, 2004, p. 30)

Além do conceito de sofrimento causado pelo trabalho e das *estratégias defensivas*, coletivas e individuais, desenvolvidas pelos sujeitos para não adoecer, outro importante conceito trazido por Dejours é o de *organização do trabalho*, definida por ele como: “a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc.” (DEJOURS, 2015, p. 29). De forma que, quando o funcionamento psíquico dos trabalhadores entra em conflito com a organização do trabalho, anulando qualquer possibilidade de adaptação entre eles, um sofrimento patogênico é provocado e para enfrentar o sofrimento produzido pelo trabalho, cada pessoa aciona suas estratégias defensivas individuais e coletivas.

Neste ponto, torna-se imprescindível fazer uma diferenciação entre condição e organização do trabalho, segundo Dejours (2015, p. 29) “Por condição de trabalho é preciso entender, antes de tudo, ambiente físico[...], ambiente químico[...], o ambiente biológico[...], as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho.” Desse modo, podemos afirmar que as condições de trabalho estão relacionadas àquilo que alcança primariamente o corpo do trabalhador, afetando-o exclusivamente em seu

físico. Portanto, quando o autor fala sobre ambiente físico está se referindo às condições de temperatura, pressão, vibrações, radiações, etc; sobre ambiente químico, refere-se aos vapores, poeiras, elementos tóxicos e sobre o ambiente biológico, faz referência ao ambiente dos micróbios, bactérias e vírus, possibilitando-nos a reflexão pormenorizada sobre os impactos destes ambientes na saúde e vida do trabalhador.

Ao conceituar a organização do trabalho, Dejours (2015) apresenta um parâmetro de divisão de tarefas (conteúdo das tarefas, o modo operatório e as prescrições para a execução do trabalho) e de homens (divisão de funções e a regulação das relações interpessoais a partir desta divisão - hierarquia). Exemplificando a partir da realidade da polícia militar, poderíamos afirmar que a condição de trabalho se relaciona direta e indiretamente com o local onde este trabalhador encontra-se cumprindo sua função e os meios que são oferecidos para tal. Se ele desenvolve suas tarefas na atividade fim, que é o policiamento ostensivo, ou na atividade-meio, que são as atividades administrativas, se faz o patrulhamento em lugares com precária infraestrutura ou não, dentre outras situações próprias do seu trabalho, têm influência sobre sua saúde. Já a organização tem a ver com as relações que este trabalhador estabelece em seu local de trabalho, com seus superiores, pares e subordinados, com o lugar que ele ocupa na instituição e suas funções inerentes, com o nível de autonomia que tem para realizar o trabalho e para influenciar e/ou modificar as condições de trabalho existentes.

Outra proposta é traçar um paralelo entre as contribuições da produção dejouriana e a realidade dos trabalhadores da Polícia Militar. A organização das polícias militares no Brasil está vinculada aos manuais e aos regulamentos da infantaria e cavalaria do exército brasileiro e, como já mencionado anteriormente, tem como fundamento a hierarquia e a disciplina. Desde o primeiro contato com a realidade do trabalho policial, o trabalhador já percebe diversos sinais e indicações de como “as coisas funcionam”. A hierarquia divide as funções, as pessoas, os grupos, as ações e os comportamentos, define quem manda e quem obedece e quais os limites de cada um. A disciplina é o meio pelo qual a hierarquia se mantém e, numa relação cíclica, estabelecem um *modus operandi* ou até mesmo um manual de trabalho informal, assimilado de maneira singular por cada policial militar.

Cabe ainda ressaltar as contribuições de Dejours quando fala sobre a exploração do sofrimento, citando o exemplo do trabalho das telefonistas, apontando especificamente para a questão que diz respeito à hierarquia, ao comando, ao controle e à organização do trabalho:

O eixo central dessa violência do poder baseia-se no estado permanente de poder ser controlado. Não se pode imaginar uma disciplina mais eficaz ou perfeita que a existente, pelo fato de se poder ser controlado a qualquer momento, sem mesmo saber em que momento esse controle é exercido. De certo modo, é a construção

artificial de um autocontrole [...] O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. (DEJOURS, 2015, p. 132)

Esta períclope sinaliza aspectos de uma interação fundamental existente na polícia militar, para além das relações de poder naturalmente presentes na instituição, a ideia reiterada da disciplina a partir da hierarquia, respaldada pelos diversos regulamentos e normas, inserem o trabalhador policial militar numa imbricada trama de sujeição e *mortificação do eu* (GOFFMAN, 1999), cuja saída mais comum é a obediência e a reprodução dos comportamentos e lógicas assimilados, que embora possam causar sofrimento, ainda são menos penosos do que lutar pelo estabelecimento de uma nova forma de interagir com aquele contexto ou inventar uma forma de executar as tarefas que lhe são designadas.

Embora a forma como o trabalho policial é organizado seja algo visível, a dinâmica das relações é complexa e interfere diretamente na vida e, conseqüentemente, na saúde dos policiais. No âmbito interno, as relações entre superiores, pares e subalternos é perpassada pelas normas e regulamentos que organizam o trabalho, não viabilizando espaços criativos e possibilidades de adequação das singularidades, gerando sofrimento (DEJOURS, 2015). No âmbito externo, nas relações sociais, o trabalho afeta a forma de interação do policial com seu meio, bem como a utilização do seu tempo fora do ambiente de trabalho.

Percebe-se que a organização do trabalho, pautada na hierarquia e disciplina funciona também como um mecanismo de produção de trabalho. Diferente do que se poderia afirmar numa análise superficial, que o trabalho é produtor de sofrimento, a forma como Dejours (2015) aborda a questão, ajuda-nos a compreender que, ao contrário, o próprio sofrimento é um meio de extração do trabalho, esclarecendo ainda que a organização do trabalho não explora o sofrimento, mas aquilo que os trabalhadores fazem para sanar tais sofrimentos, ou seja, as estratégias (individuais e coletivas) de defesa.

O conceito de estigma é apresentado neste momento como um elo entre alguns conceitos trazidos ao longo deste marco teórico. Sua pertinência baseia-se no significado que o adoecimento possui e como é encarado pelos policiais, seus familiares, seus pares e superiores hierárquicos. Para Goffman (1988) as estruturas influenciam as ações sociais, o ser humano age em relação às coisas que encontra em seu cotidiano a partir do sentido que estas coisas têm para ele. As interações sociais são constituídas mediante a transmissão de certas impressões por parte das pessoas, a compreensão dos atos de terceiros e a reorientação e/ou regulação das ações fundadas no sentido atribuído a esta compreensão. Sua principal contribuição autoral é a noção de Dramaturgia Social, segundo a qual, partindo do compartilhamento de símbolos acontece a interação dos atores sociais.

De acordo com Goffman (1988, p. 13) “Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo.”, embora o autor proponha a modificação do conceito de estereótipo, haja vista certos atributos importantes que conduzem ao descrédito em quase toda a sociedade. Ele menciona três tipos diferentes de estigma que são nitidamente percebidos: as deformidades físicas, as culpas individuais e os estigmas de raça, nação e religião, que são passados entre as gerações.

O termo estigma, não perde a sua referência de atributo depreciativo, mas a partir da análise do autor, a proposta é que o conceito seja abordado numa perspectiva relacional e não de atributos, uma vez que do ponto de vista das relações o que figura negativamente na vida de uma pessoa, pode ser de igual maneira um atributo positivo para outra (GOFFMAN, 1988). Outro ponto importante a se destacar é que, ao analisar a questão do estigma, devemos partir do que é comum para o específico, ou seja, compreender que a sociedade define o que é estigma e não o estigmatizado em si, pois as normas de identidade abrangem tanto o que é convencionalizado quanto o que é desviante.

Apresentados os conceitos com os quais, à posteriori, serão articulados os resultados encontrados na análise dos documentos selecionados, cabe salientar que os conceitos abordados em Goffman e Foucault, visam estabelecer um paralelo com o universo da polícia militar enquanto instituição e com os desdobramentos decorrentes da relação com esta. Já em Dejours, buscou-se aportar o referencial que permitisse compreender e/ou pensar sobre as possíveis influências do trabalho na saúde dos policiais militares.

4.2 – SOBRE A SAÚDE

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006) a saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Tal definição amplia a concepção de saúde embasada no modelo biomédico, influenciada pelo modelo cartesiano, que categoriza a saúde como estado de ausência de doença, neste caso, entendida como mau funcionamento dos mecanismos biológicos, propondo uma categórica separação entre mente e corpo, valorizando com isso as questões orgânicas em detrimento dos demais componentes que são transversais ao processo de adoecimento.

A importância desta nova forma de encarar o processo de saúde/doença, transpondo os limites do ponto de vista biomédico, reside na abertura para a participação dos conteúdos das áreas sociais e psíquicas na ampliação deste constructo. A principal diferença neste novo

conceito é exatamente sua abrangência, uma vez que agora a saúde é compreendida como um estado de completo bem-estar.

Outra contribuição pertinente de Dejours (1986), sob a ótica da psicodinâmica do trabalho, ajuda-nos a analisar de maneira crítica a definição internacional de saúde, que compreende a saúde como estado de conforto e bem-estar físico, mental e social, porém é impossível definir categoricamente o que seria esse estado, embora exista uma noção convencionada do que possa ser. Analisando com mais profundidade poderemos concluir que esse estado não existe, portanto tal definição apresenta-se mais coerente como um objetivo a se alcançar do que necessariamente um conceito que abranja a complexidade do que é a saúde:

Tenderíamos a dizer que a saúde é antes de tudo um fim, um objetivo a ser atingido. Não se trata de um estado do qual procuramos nos aproximar, não é o que parece indicar a definição internacional, como se o estado de bem-estar social, psíquico fosse um estado estável, que, uma vez atingido pudesse ser mantido. (DEJOURS, 1986, p. 8)

Com base ainda na lógica dejouriana, a noção de saúde mental aqui trabalhada não está associada pura e simplesmente à ideia de bem-estar psíquico, incluindo também aspectos próprios da formação das subjetividades como elementos fundamentais em sua categorização. Conforme nos aponta Dejours (1986, p. 9) “A saúde é quando ter esperança é permitido. Vê-se que isso faz mudar um pouco as coisas. O que faz as pessoas viverem é, antes de tudo, seu desejo; isso é uma aquisição da psiquiatria e da psicossomática.” O autor traz para o campo conceitual aspectos que não são tangíveis ao método científico e a contribuição de dois campos de saber distintos, reiterando a amplitude e variabilidade do que podemos chamar de saúde mental.

O Relatório Mundial da Saúde (OMS, 2002) reconhece da importância da saúde mental, mas não define para ela um conceito objetivo, evidenciando-a de certa forma no próprio conceito de saúde “...estado de completo bem-estar físico, psíquico e social” (OMS, 2006)), apresentando portanto a saúde mental a partir de uma compreensão abrangente, buscando indicar um objetivo, ao invés de restringir-se a uma conceituação.

A partir desta premissa, por não existir um conceito definido do termo saúde e/ou doença mental, entende-se que a saúde mental está relacionada à qualidade cognitiva e/ou emocional da vida do indivíduo, considerando-se também uma relação harmoniosa com os ambientes nos quais esse indivíduo se encontra inserido. Portanto, a partir dessa perspectiva serão desenvolvidas as análises propostas neste trabalho. (OMS, 2002)

4.3 – SOBRE A POLÍCIA MILITAR

Uma das principais características da instituição Polícia Militar é que seus princípios estruturais têm por base a hierarquia e a disciplina. Esse é um aspecto diferencial que perpassa todas as relações humanas e institucionais.

Tomando por base o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, pode-se afirmar sobre a hierarquia que: é a ordenação em níveis diferentes na estrutura da Polícia Militar e esta ordenação se dá na divisão entre postos e graduações, sendo os postos referente ao círculo dos oficiais e as graduações ao círculo das praças. “O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade” (RIO DE JANEIRO, 1981, p. 3). No tangente às formulações sobre a hierarquia e a disciplina, haja vista que não existe um estatuto único para as Polícias Militares de todos os Estados, o referido Estatuto não possui diferenças consideráveis, quanto à universalidade dos conceitos mencionados, em relação aos demais Estados da Federação.

Portanto, a estrutura hierárquica das Polícias Militares no Brasil, está definida da seguinte forma, apresentando de forma ascendente. No círculo das praças: os Soldados e Cabos, que de acordo com o artigo 37 do referido estatuto são considerados fundamentalmente como elementos de execução. Neste mesmo círculo existem os graduados: 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, que são considerados elementos auxiliares e complementares às atividades exercidas pelos oficiais. (RIO DE JANEIRO, 1981)

Dando continuidade à apresentação, tem-se o círculo das praças especiais, do qual fazem parte os Alunos Oficiais, que são todos os que frequentam o curso de formação de oficiais e os Aspirantes-a-Oficial, que são os que concluíram o curso de formação de oficiais e encontram-se em estágio probatório. Um exemplo para ilustrar de forma prática como se dá a hierarquia na Polícia Militar: um Aluno Oficial em seu primeiro dia de curso de formação tem precedência hierárquica sobre o Subtenente mais antigo, ou seja, que está há anos na corporação.

Já no círculo dos oficiais tem-se os seguintes postos: 2º Tenente e 1º Tenente (Oficiais Subalternos), Capitão (Oficial Intermediário), Major, Tenente-Coronel e Coronel (Oficiais Superiores), sendo este o último e maior grau hierárquico na estrutura da Polícia Militar. Cada grau hierárquico, tem definido no estatuto e outros manuais da instituição, suas funções, deveres e direitos, reforçando o caráter da organização prescrita.

Dessa maneira, ao analisar a organização policial, Antunes (2019, p. 92) afirma que: “A hierarquia ao servir a organização do trabalho e escalonamento de funções e atividades,

acaba produzindo efeitos em nossa realidade, na saúde e nas relações de trabalho.”

Segundo preconiza o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, a disciplina “é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições legais que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos [...]” (RIO DE JANEIRO, 1981, p. 3)

A profissão policial militar, refere-se a um processo de trabalho cujas atividades constituem meios de execução da política de segurança pública, sendo, em última instância, a prestação de um serviço formal ou não à sociedade. Os meios utilizados nesse processo de trabalho podem ser de duas ordens: instrumental e técnico-operativo. O primeiro refere-se aos equipamentos e materiais que dão ao policial o suporte necessário para que exerça sua função, tais como: o uniforme, as armas, as viaturas, os coletes balísticos, entre outros. O meio técnico-operativo está relacionado a todo conhecimento adquirido pelo policial no decorrer de sua carreira, através de cursos de formação ou qualificação, bem como o que é aprendido no seu cotidiano de trabalho, no atendimento de cada ocorrência e na interação com a sociedade. (FRAGA, 2006)

5 - METODOLOGIA

Esta dissertação utilizou como metodologia a revisão integrativa da literatura com o objetivo de investigar se e como a produção acadêmica brasileira tem abordado o sofrimento psíquico de policiais militares.

A revisão integrativa da literatura é uma abordagem metodológica abrangente que permite a inclusão de estudos de diferentes tipos (incluindo estudos empíricos e teóricos), o que favorece uma ampla compreensão sobre o fenômeno estudado (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Segundo Mendes et. al. (2008, p. 760–761) a formulação da revisão integrativa precisa cumprir seis etapas diferentes, que são parecidas com as etapas da pesquisa convencional, sendo elas: “(1) Estabelecimento da hipótese ou questão de pesquisa, (2) amostragem ou busca na literatura, (3) Categorização dos estudos, (4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão, (5) Interpretação dos resultados e (6) Síntese do conhecimento ou apresentação da revisão.”

A presente revisão iniciou no mês de agosto de 2019, e em dezembro de 2019 foram inseridos novos descritores visando a obtenção de maior abrangência na busca. Foram utilizadas as seguintes bases de dados: Portal BVS, Scielo, Scopus, Pubmed, Web of Science e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nessa última, foram encontradas teses e dissertações importantes para o alcance do objetivo da pesquisa.

A estratégia de busca foi realizada com o auxílio de um bibliotecário, sendo utilizados os seguintes descritores nas línguas portuguesa e inglesa, conforme constam no Quadro 1.

Quadro 1. Descritores utilizados nas bases de dados pesquisadas.

Portal BVS e Scielo
((Policia OR Policial) AND (“Transtorno psiquico” OR “Transtorno mental” OR “Estresse psicologico” OR “Estresse da Vida” OR “Estresse Relacionado a Aspectos da Vida” OR “Angustia” OR “Estresse Emocional” OR “Transtorno Mental Menor” OR “Insônia” OR “Estresse Pos Traumatico” OR “Adoecimento Mental” OR “Sofrimento Psiquico” OR “Sofrimento Mental” OR Depressão OR “Tentativa de suicidio” OR Suicidio OR “Ideacao suicida” OR Alcoolismo OR Drogadição OR Burnout OR “Risco ocupacional” OR “Desgaste do trabalho” OR “Saude ocupacional” OR “Saude do trabalhador” OR Sofrimento OR Assedio OR Angustia OR “Risco Ocupacional” OR “Saude mental”) AND

("Ambiente de trabalho" OR "Organização do trabalho" OR "Processo de trabalho" OR "Processo de trabalho" OR "Condições de trabalho") OR ((Police OR "police officers" OR "Police force" OR Cops) AND (Depression OR "Suicidal attempted" OR "Suicidal Ideation" OR Alcoholism OR "drugaddiction" OR Bournout OR "occupational risk" OR "Workwear" OR "Occupational health" OR Suffering OR Anguish OR harassment OR "Mental health" OR "Stress, Psychological" OR Anguish OR "Emotional Stress" OR "Life Stress" OR "Mental Suffering" OR "Psychological Stress" OR "Stress, Psychologic" OR "Mental Illness" OR "Post Traumatic Stress" OR "Insomnia" OR "Minor Mental Disorder")) AND (Workplace OR "Working environment" OR "Work process" Or "Working conditions"))).

PubMed, Scopus e Web of Science

((Police OR "police officers" OR "Police force" OR Cops) AND (Depression OR "Suicidal attempted" OR "Suicidal Ideation" OR Alcoholism OR "drugaddiction" OR Bournout OR "occupational risk" OR "Workwear" OR "Occupational health" OR Suffering OR Anguish OR harassment OR "Mental health" OR "Stress, Psychological" OR Anguish OR "Emotional Stress" OR "Life Stress" OR "Mental Suffering" OR "Psychological Stress" OR "Stress, Psychologic" OR "Mental Illness" OR "Post Traumatic Stress" OR "Insomnia" OR "Minor Mental Disorder")) AND (Workplace OR "Working environment" OR "Work process" Or "Working conditions"))).

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTB)

((Polícia OR Policial) AND ("Transtorno psíquico" OR "Transtorno mental" OR "Estresse psicológico" OR "Estresse da Vida" OR "Estresse Relacionado a Aspectos da Vida" OR "Angústia" OR "Estresse Emocional" OR "Transtorno Mental Menor" OR "Insonia" OR "Estresse Pos Traumático" OR "Adoecimento Mental" OR "Sofrimento Psíquico" OR "Sofrimento Mental" OR Depressão OR "Tentativa de suicídio" OR Suicídio OR "Ideação suicida" OR Alcoolismo OR Drogadição OR Burnout OR "Risco ocupacional" OR "Desgaste do trabalho" OR "Saúde ocupacional" OR "Saúde do trabalhador" OR Sofrimento OR Assédio OR Angústia OR "Risco Ocupacional" OR "Saúde mental")) AND ("Ambiente de trabalho" OR "Organização do trabalho" OR "Processo de trabalho" OR "Processo de trabalho" OR "Condições de trabalho") OR ((Police OR "police officers" OR "Police force" OR Cops) AND (Depression OR "Suicidal attempted" OR "Suicidal Ideation" OR Alcoholism OR "drugaddiction" OR Bournout OR "occupational risk" OR "Workwear" OR "Occupational health" OR Suffering OR Anguish OR harassment OR "Mental health" OR "Stress, Psychological" OR Anguish OR "Emotional Stress" OR "Life Stress" OR "Mental Suffering" OR "Psychological Stress" OR "Stress, Psychologic" OR "Mental Illness" OR "Post Traumatic Stress" OR "Insomnia" OR "Minor Mental Disorder")) AND (Workplace OR "Working environment" OR "Work process" Or "Working conditions"))).

Fonte: elaboração própria, 2019.

A partir da aplicação desta estratégia de busca foram encontrados 1.330 documentos, sendo 218 no Portal BVS, 19 na base Scielo, 328 na Scopus, 186 na PubMed, 195 na Web of Science e, por fim, 384 documentos entre teses e dissertações na BDTD.

À priori não foi definida uma série temporal nas buscas, pelo receio de não haver um número de produções que possibilitassem uma análise satisfatória do objeto pretendido. Contudo, o documento mais antigo selecionado foi um artigo que data do ano de 1999 e o ano mais recente foi o de 2019, ou seja, um período de 21 anos.

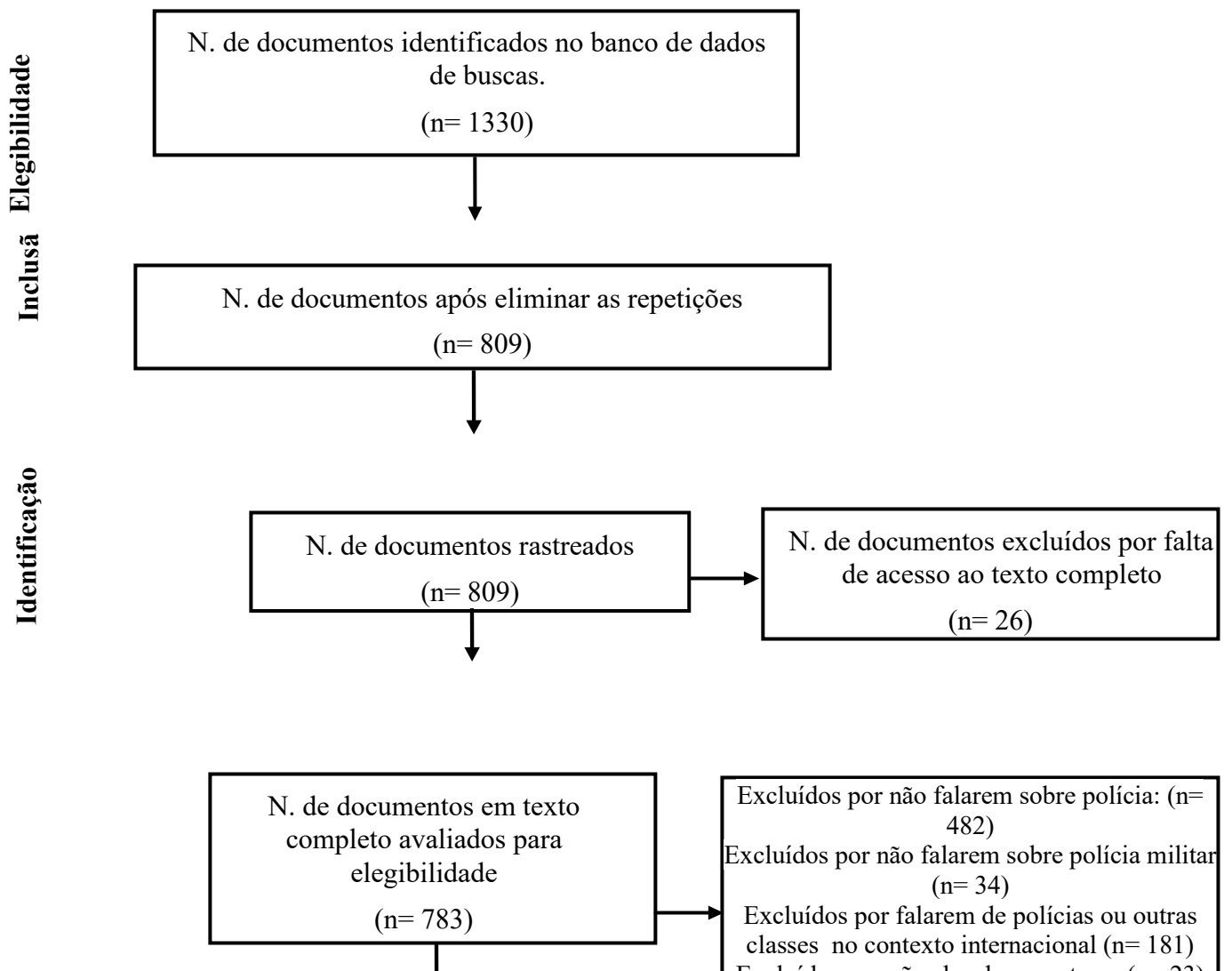
Os documentos que resultaram da busca foram inseridos no programa gerenciador de referência bibliográfica Zotero, que foi utilizado para arquivá-los e gerenciar as citações realizadas (FERREIRA, 2017). Foram excluídos os documentos que constavam em duplicidade. Foi realizada a leitura dos títulos, resumos e objetivos, para a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão.

Os critérios utilizados para selecionar os documentos foram:

- 1) De inclusão: artigos em português ou inglês sobre sofrimento ou saúde mental de policiais brasileiros; artigos que abordam a saúde mental de policiais militares brasileiros.
- 2) De exclusão: textos completos não disponíveis em acesso aberto; produções que não contemplavam o objeto proposto, ou seja, que não tratavam sobre policiais militares; produções que não apresentavam conteúdo referente ao recorte proposto (sofrimento e saúde mental).

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados para análise 32 documentos, sendo 15 artigos, 15 dissertações e 2 teses, conforme demonstrado na matriz abaixo e no quadro 2:

Quadro 2. Elegibilidade e critérios de exclusão da amostra analisada.



Para a organização das análises, o quadro 3 apresenta o ano e o tipo de publicação, o título e os (as) autores (as).

Quadro 3. Publicações selecionadas para análise

Ano da publicação	Tipo de Publicação	Título do trabalho	Autores(as)
1999	Dissertação	As condições e a organização de trabalho dos Policiais Militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS	Jorge Alfredo Pacheco Barcelos
2004	Dissertação	Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar	Charlotte Beatriz Spode
2006	Dissertação	Avaliação de Burnout em policiais militares : a relação entre o trabalho e o sofrimento	Leonardo Fávero Sartori
2006	Artigo	Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar	Charlotte Beatriz Spode; Álvaro Roberto Crespo Merlo
2008	Artigo	Condições de trabalho e percepção da saúde de policiais militares	Daniela Karina da Silva Ferreira; Lia Giraldo da Silva Augusto; Jacqueline Maux da Silva
2008	Artigo	O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental	Maurivan Batista da Silva; Sarita Brazão Vieira
2009	Tese	Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na Cidade do Recife/PE	Daniela Karina da Silva Ferreira
2011	Artigo	Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares	Daniela Karina da Silva Ferreira; Cristine Bonfim; Lia Giraldo da Silva Augusto
2011	Artigo	Impacto das atividades	Maria Cecília de

		profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)	Souza Minayo; Simone Gonçalves de Assis; Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
2012	Artigo	Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil	Daniela Carina da Silva Ferreira; Cristiane Bonfim; Lia Giraldo da Silva Augusto
2012	Dissertação	Estresse ocupacional autoatribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro	Cláudia de Magalhães Bezerra
2012	Artigo	Estresse ocupacional, condição de trabalho e estado nutricional de policiais militares	Ângela Maria C. Santana; Josiane Keila V. Gomes; Dioni De Marchi; Yassana M. Girondoli; Lina E. F. P. de Lima Rosado
2012	Dissertação	Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais	Daniela Zipperer Müller
2013	Dissertação	Medo e sofrimento social: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico	Larissa Jucá de Moraes Sales
2013	Artigo	Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro	Maria Cecília de Souza Minayo
2014	Dissertação	Práticas de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Saúde do Trabalhador	Liszeirla Reis Abdala Martingo
2014	Artigo	The occupational stress affects the health conditions of military police officers	Antônio Melo Schlichting Junior; Franciele Cascaes da Silva; Valdeni Manoel Bernardo; Elizandra Gonçalves; Paulo José Barbosa Gutierrez Filho; Rudney da Silva
2015	Artigo	Profissionais da Brigada Militar: vivências do cotidiano e subjetividade	Caroline Eder Machado; Elisete Soares Traesel; Álvaro Roberto Crespo Merlo

2015	Tese	Representações sociais sobre o trabalho: um estudo da qualidade de vida no trabalho do policial militar em Aracaju/SE.	Maria do Socorro Sales Mariano
2015	Artigo	Bem-Estar Subjetivo e Burnout em Cadetes Militares: O Papel Mediador da Autoeficácia	Luciane Albuquerque Sá Souza; Ana Raquel Rosas Torres; Genário Alves Barbosa; Tiago Jessé Souza de Lima; Luana Elayne Cunha de Souza.
2015	Artigo	Saúde do trabalhador e qualidade de vida: experiência em um batalhão de polícia comunitário do sertão cearense	Deoclécio Coelho Rodrigues; Bráulio Nogueira de Oliveira; André Luis Façanha da Silva
2015	Dissertação	Trabalho emocional como preditor de burnout entre policiais militares	Joaquim Soares Coelho Alves
2016	Dissertação	Mapeamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho em policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar do estado do Tocantins	Philippe Lira de Carvalho
2016	Dissertação	Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF.	Leonardo Borges Ferreira
2017	Dissertação	Associação entre variáveis ocupacionais e prevalência em agravos à saúde em policiais e bombeiros militares de Santa Catarina	Gustavo Klauberg Pereira
2017	Dissertação	Risco e Vitimização Policial Militar: da caserna à política	Bruno Renan Joly
2018	Dissertação	Trabalho e sofrimento do policial militar do Estado de Goiás	Denise Michelle Valério de Lima
2018	Dissertação	Condições emocionais de policiais militares do interior de Minas Gerais	Raphaella Campos de Sousa
2018	Artigo	Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais	Andreia Pelegrini; Thiago Elpídio Cardoso; Gaia Salvador Claumann; André de Araújo Pinto; Erico Pereira Gomes Felden
2018	Artigo	Síndrome de Burnout: implicações conflituosas entre relações profissionais e familiares	Tiago Luan Labres Freitas; Jaqueline Ana Foschera; Vanessa Scheider; Maria

			Elisabete Calado Ramalho dos Santos; Lais Griebeler Hendges; Valéria de Bettio Mattos
2019	Artigo	Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas	Maria Cristina Castro; Ricelli Rocha; Roberto Cruz
2019	Dissertação	Hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde	Elisa Junger Ferreira Antunes

Fonte: elaboração própria, 2019.

O conjunto dos artigos localizados foi, inicialmente, submetido a uma análise quantitativa descritiva que buscou caracterizar o acervo, descrevendo as frequências absolutas das variáveis coletadas: ano de publicação, tipo de documento, área do conhecimento, área de abrangência do estudo e região do estudo. Para algumas variáveis de interesse foram realizados alguns cruzamentos e agregações. Os resultados são apresentados em gráficos.

O acervo também foi submetido a uma abordagem qualitativa que seguiu a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), que se estrutura em três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase diz respeito à preparação e definição dos critérios, com a finalidade de organizar as demais etapas que serão executadas. A fase subsequente, a de exploração do material, é aquela na qual será realizada a codificação, decomposição ou enumeração dos documentos selecionados na etapa anterior, com base nos critérios anteriormente definidos. A fase final, na qual os resultados são tratados, é o momento em que o material é codificado de forma que se torne significativo e válido para o escopo da pesquisa (BARDIN, 2011).

O tipo de análise realizada foi a análise temática, que, segundo a autora: “[...] consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo pretendido.” (BARDIN, 2011, p. 135) Através da análise temática, faz-se o recorte do sentido apresentado pelo texto que é analisado:

“O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupo, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., podem ser, e frequentemente são, analisados tendo o tema por base.(BARDIN, 2011, p. 135)

Com base na proposta dessa análise, busca-se explorar e identificar nas publicações os temas abordados que tinham relação com o que fora proposto nos objetivos deste estudo, que visavam responder se e como a literatura científica brasileira relaciona o sofrimento psíquico ao trabalho policial militar; quais são os aspectos da estrutura e organização do trabalho que geram sofrimento psíquico nesses policiais, e quais repercussões o trabalho policial tem na saúde mental desses agentes. Foram essas categorias empíricas que nortearam a abordagem qualitativa desta revisão.

5.1 – ASPECTOS ÉTICOS

Com base no Art. 1º, Parágrafo único, inciso VI da Resolução do CNS nº 510, de 07 de Abril de 2016, por se tratar de análise documental, esta pesquisa não precisa ser avaliada pelo sistema CEP/CONEP. Entretanto, foi encaminhada à coordenação do CEP/ENSP uma solicitação de Parecer de Dispensa de Análise Ética, o qual foi deferido de acordo com o Parecer nº 11/2019 do referido comitê.

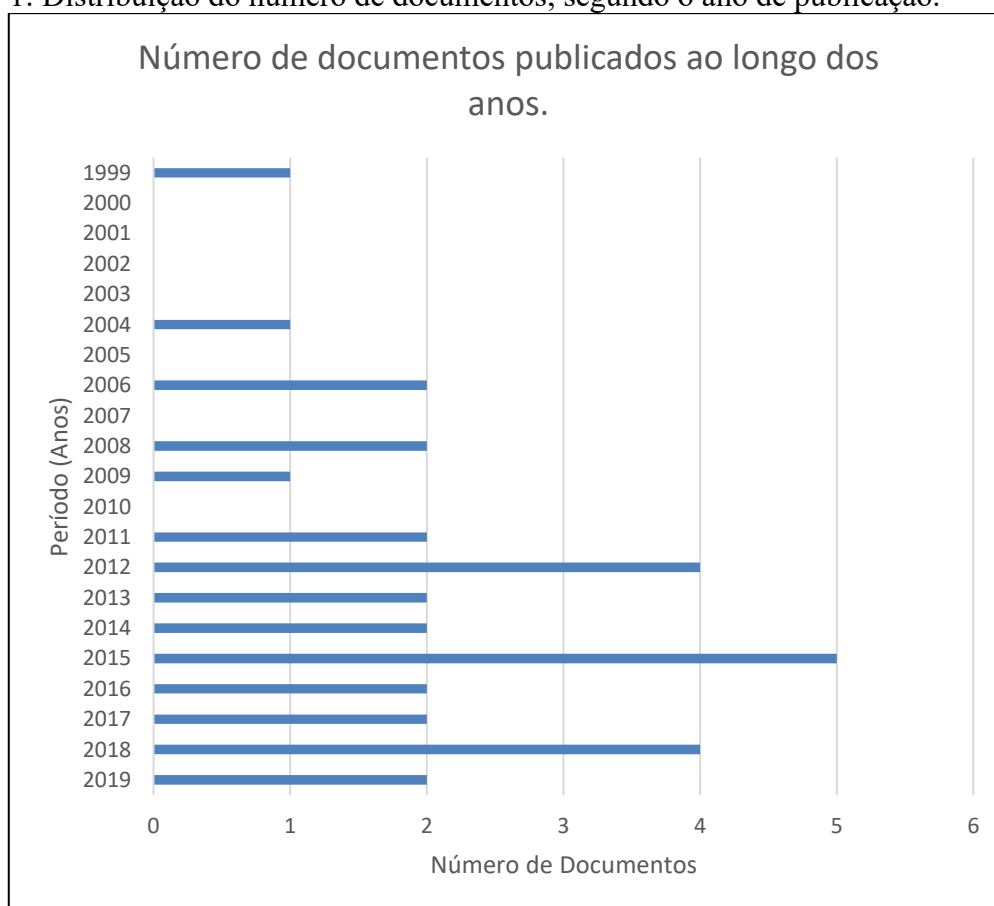
6 – RESULTADOS

6.1 – CARACTERIZAÇÃO QUANTITATIVA DO ACERVO

Neste item, apresenta-se a análise quantitativa descritiva dos documentos que resultaram das buscas realizadas, segundo algumas das suas características.

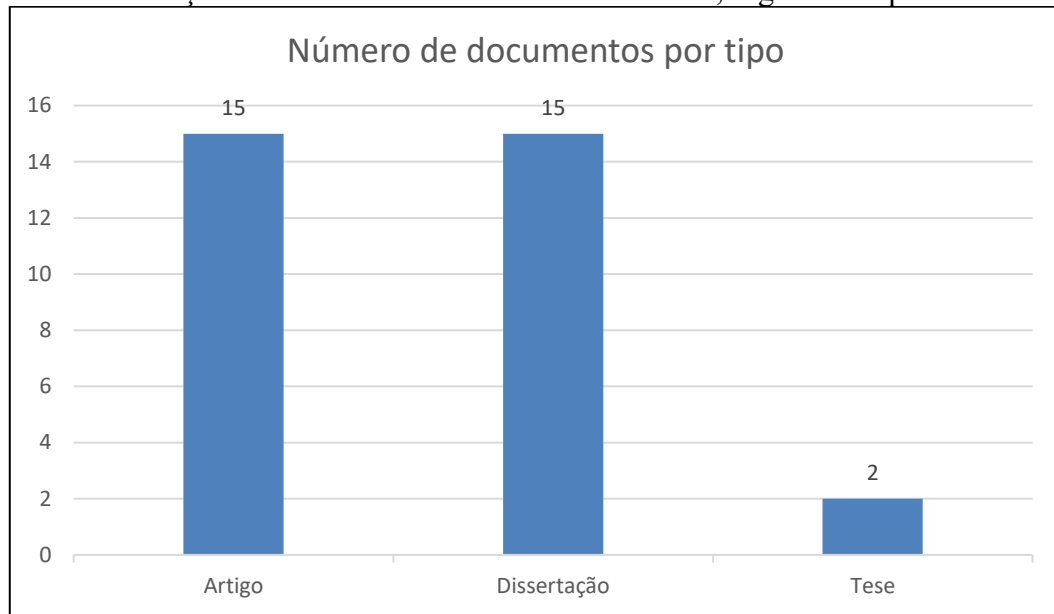
No gráfico 1, verifica-se que no período compreendido entre os anos de 1999 e 2009, foram localizados 07 estudos que abordaram, de alguma forma, a temática do sofrimento psíquico em policiais militares no Brasil, enquanto na década posterior, foram realizados três vezes mais estudos, perfazendo 25 documentos, o que indica o crescimento do interesse dos pesquisadores nesse tema.

Gráfico 1: Distribuição do número de documentos, segundo o ano de publicação.



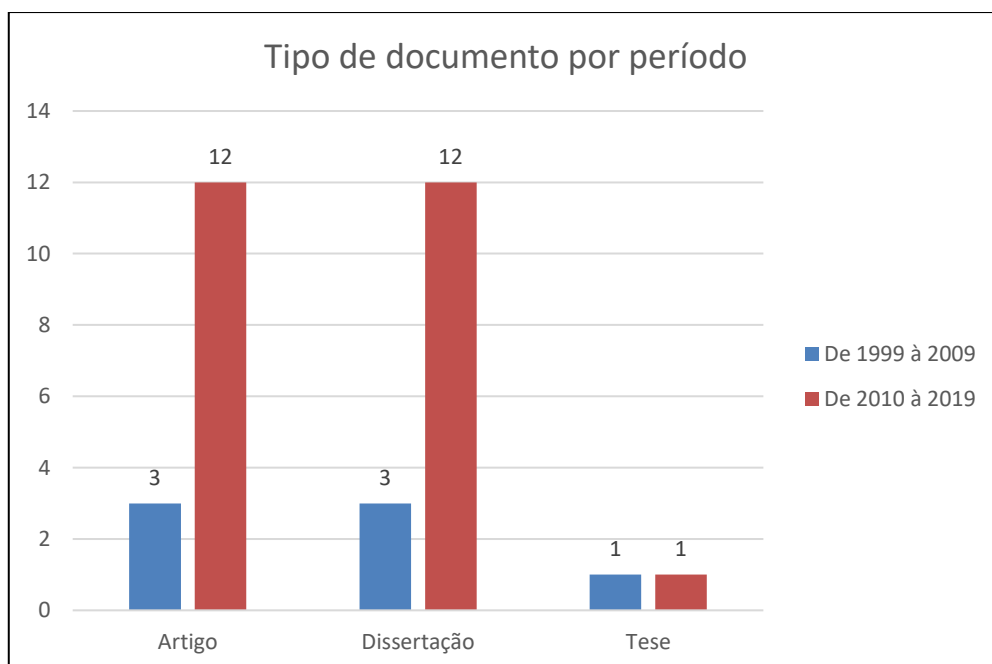
O gráfico 2 demonstra que o acervo analisado está predominantemente constituído por artigos e dissertações.

Gráfico 2: Distribuição do número de documentos analisados, segundo o tipo de documento.



O gráfico 3 mostra a quantidade e os tipos de estudos publicados, de acordo com dois períodos considerados: o primeiro período abrange os anos de 1999 a 2009, e o segundo abrange os anos de 2010 a 2019. Esses dados reiteram o salto da produção acadêmica acerca do sofrimento psíquico, expresso principalmente pelo número de artigos e dissertações publicados.

Gráfico 3: Distribuição dos documentos analisados, segundo o tipo e período de publicação.

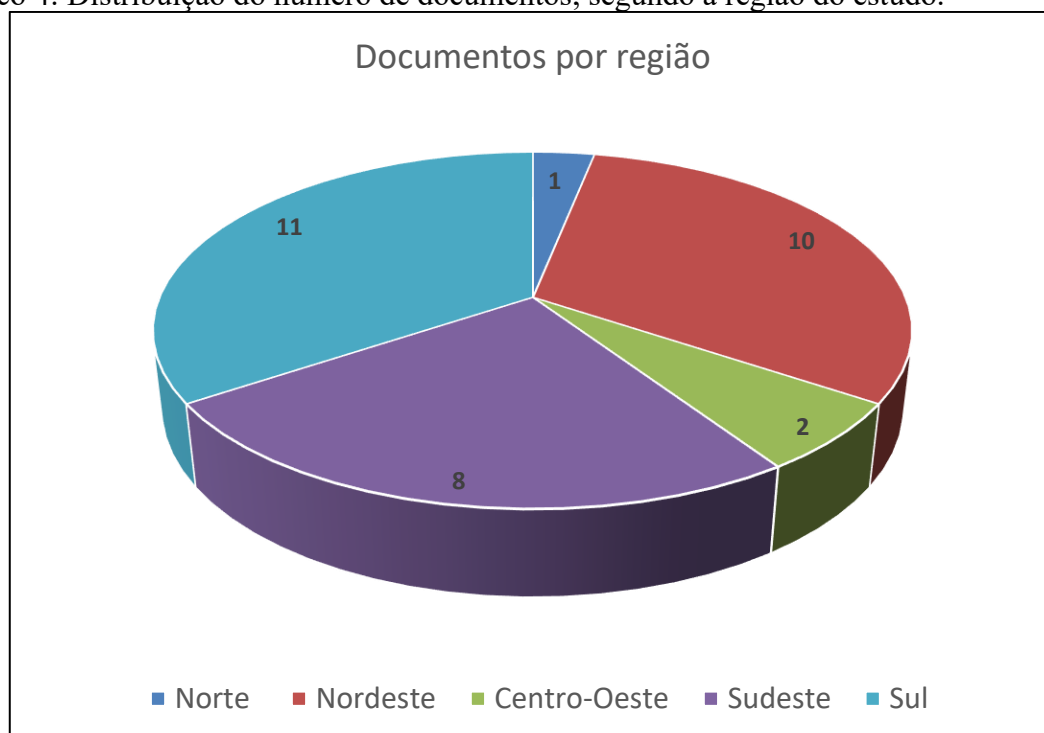


A análise da produção de acordo com a região do país onde o estudo foi realizado,

encontra-se no gráfico 4. Cabe ressaltar a discrepância entre a produção que enfoca o sofrimento psíquico de policiais militares nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste, que somam quase 90% (N=29) do total do acervo incluído neste estudo.

Outro ponto importante a se considerar é o de que, independente da abrangência dos estudos (local, municipal, regional, estadual ou nacional), os pesquisadores apontam para aplicação dos resultados obtidos em suas pesquisas a toda classe dos profissionais estudado, nesse caso, os trabalhadores policiais militares como um todo.

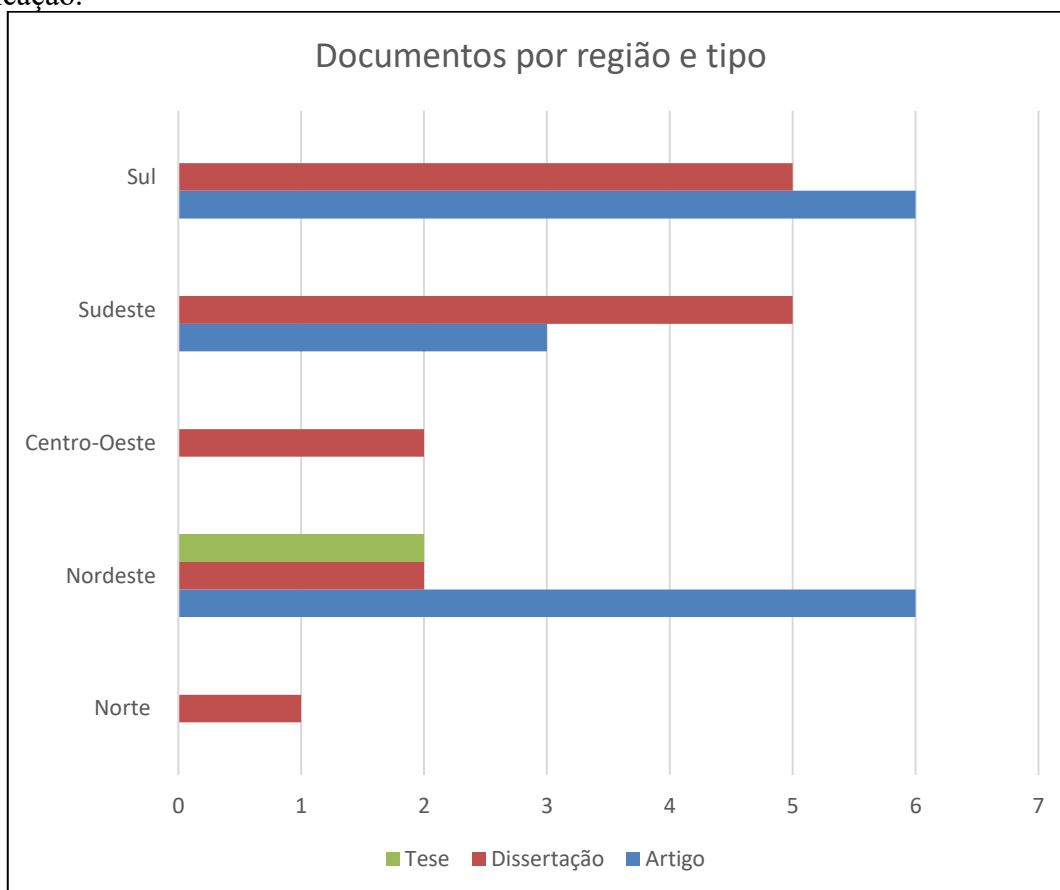
Gráfico 4: Distribuição do número de documentos, segundo a região do estudo.



Ao desdobrar a análise da região onde foi realizado o estudo, de acordo com o tipo de documento, observa-se que o formato de artigo prepondera nas regiões Nordeste e Sul, enquanto as dissertações estão mais presentes nos estudos desenvolvidos na região Sudeste (gráfico 5), talvez pela concentração de instituições de pós-graduação nessa região. No Nordeste, seis dos dez documentos localizados são artigos publicados em periódicos científicos, mostrando que essa região, não apenas tem se preocupado em estudar o tema, mas também de disseminar o conhecimento nessas publicações. Ainda é importante reiterar que, ao longo de todo o período aqui investigado, não foi localizado nenhum estudo sobre o tema publicado no formato de artigo nas regiões Norte e Centro Oeste, o que aponta para a necessidade de incentivar pesquisas sobre a temática nestas regiões e de publicá-las em meios com maior visibilidade, como são os periódicos científicos. Esse dado também reafirma a

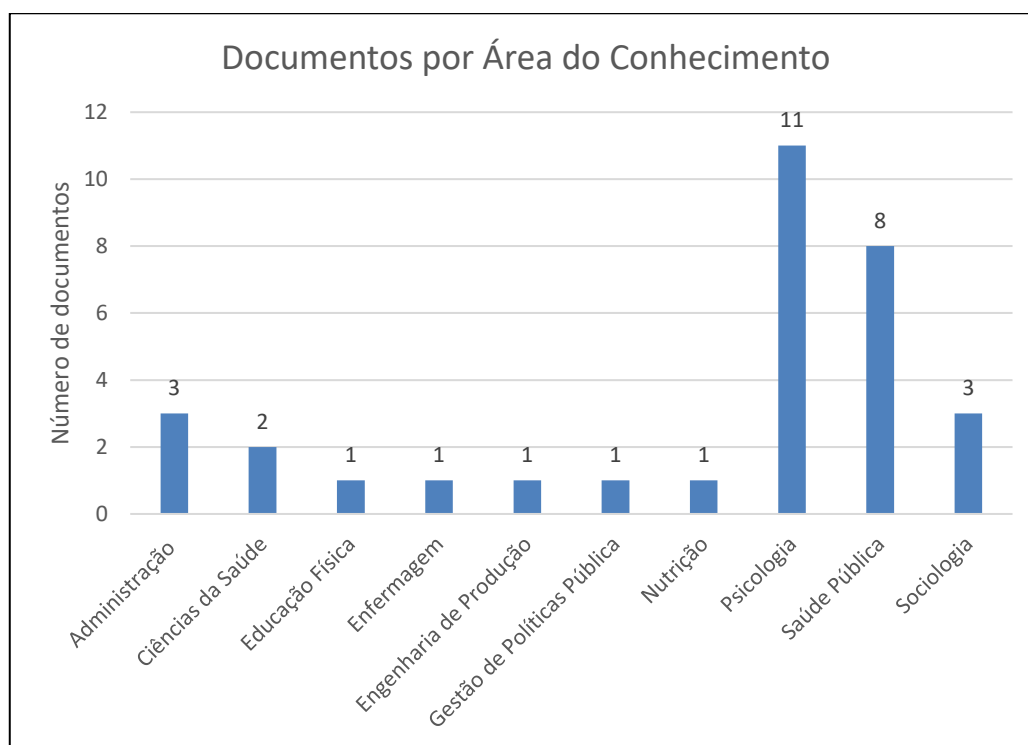
importância de se ter incluído a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no rol das bases de dados pesquisadas.

Gráfico 5: Distribuição do número de documentos, segundo a região do estudo e o tipo de publicação.



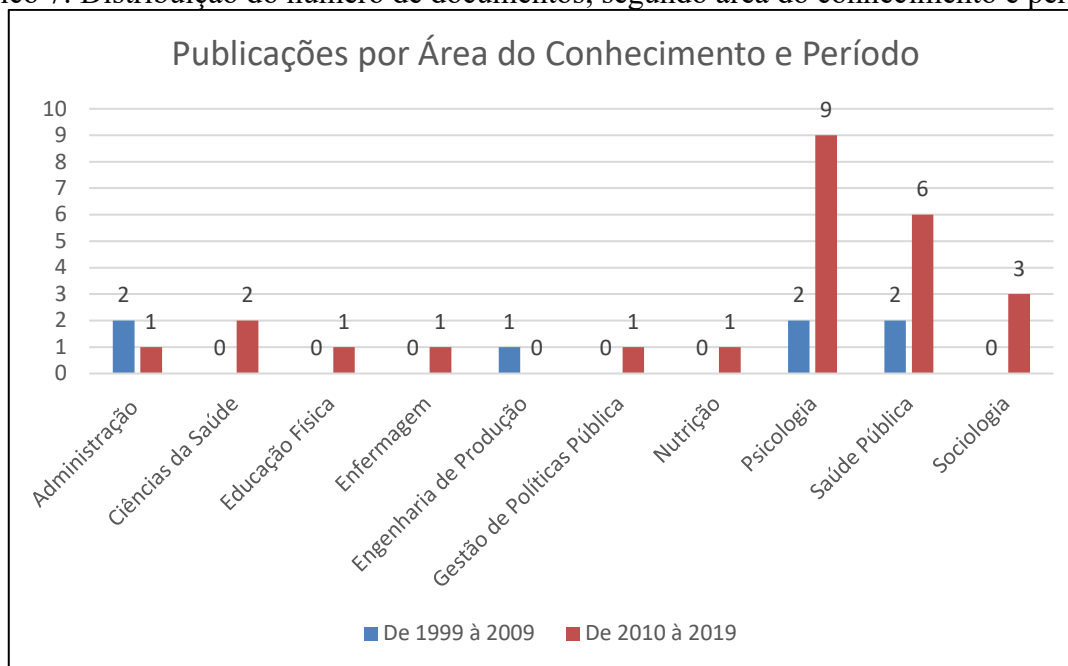
Buscou-se também investigar a área do conhecimento da produção brasileira (Gráfico 6). Observou-se que a psicologia concentrou aproximadamente 1/3 do total de publicações (N=11), seguida pela Saúde Pública, com oito publicações no período pesquisado. No entanto, a presença de estudos sobre sofrimento psíquico em policiais em áreas como Administração e Sociologia (N=3), Ciências da Saúde (N=2), Educação Física (N=1), Enfermagem (N=1), Engenharia de Produção (N=1), Gestão de Políticas Públicas (N=1) e Nutrição (N=1), aponta para um aumento e para a diversificação das áreas das pesquisas envolvendo a saúde mental de policiais militares no Brasil nos últimos 10 anos, uma vez que essa temática passa a ser trabalhada também por pesquisadores dessas áreas do conhecimento.

Gráfico 6: Distribuição do número de documentos, segundo a área do conhecimento.



O gráfico7 apresenta a análise da produção, segundo a área do conhecimento e ano de publicação, que foi agregado em dois períodos. Nele, percebe-se que enquanto na primeira década do século XXI, apenas cinco áreas de conhecimento debruçavam-se sobre a temática do presente estudo; no segundo período, tais pesquisas se disseminaram e diversificaram em outras áreas do conhecimento. Assim, além da Administração, das Ciências da Saúde, da Engenharia de Produção, da Psicologia e da Saúde Pública, os pesquisadores das áreas de Educação Física, Enfermagem, Políticas Públicas, Nutrição e Sociologia passaram a produzir conhecimento sobre o sofrimento psíquico de policiais militares brasileiros na segunda década do presente século.

Gráfico 7: Distribuição do número de documentos, segundo área do conhecimento e período.



Cabe destacar que as revistas “Ciência & Saúde Coletiva”, “Saúde e Sociedade” e “Psicologia: Reflexão e Crítica”, com três e dois artigos publicados foram, respectivamente, os periódicos com maior número de publicações no universo da pesquisa. As demais revistas figuram com apenas um artigo publicado no universo dos documentos selecionados no presente estudo, são elas: “Cadernos de Saúde Pública”, “Revista Work”, “Revista Cubana de Medicina Militar”, “Psicologia Argumento”, “Motrivivência”, “Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional”, “Barbarói” e “Psicologia, Saúde e Doença”.

Entre as dissertações e teses, destacam-se a FIOCRUZ e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cada uma com três estudos, seguidas pela Universidade Federal de Goiás, com dois estudos, como as instituições que mais produziram estudos sobre o sofrimento psíquico e a saúde mental de policiais militares no período pesquisado. As Universidades Federais do Triângulo Mineiro, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, de São Carlos, Santa Catarina, Sergipe, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Londrina e Maringá (em conjunto) e a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, cada uma produziu um estudo sobre o tema.

Há recorrência na participação de alguns pesquisadores e pesquisadoras nos estudos resultantes da busca realizada, tais como: Maria Cecília de Souza Minayo, Álvaro Roberto Crespo Merlo e Cristine Bonfim, em dois artigos cada; Charlotte Beatriz Spode, em uma dissertação e um artigo; Daniela Karina da Silva Ferreira, em uma tese e três artigos e, por

fim, Lia Giraldo da Silva Augusto, em três artigos. Cabe ainda ressaltar que Álvaro Roberto Crespo Merlo, foi orientador de duas dissertações, uma em 2004 e outra em 2012, Maria Cecília de Souza Minayo de uma dissertação no ano de 2012 e Lia Giraldo da Silva de uma tese, denotando o interesse e a propriedade desses pesquisadores na discussão dos temas referentes à saúde e às forças de segurança pública.

6.2 – CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DO ACERVO

Apresenta-se, em seguida, a análise qualitativa do acervo pesquisado. Para melhor compreensão e a fim de buscar responder aos objetivos do presente estudo, este item foi subdividido em três sessões, que são: “Sofrimento psíquico e trabalho policial militar: uma relação possível? ”; “Sobre as condições e organização do trabalho que propiciam o sofrimento psíquico em policiais militares”; “Repercussões do trabalho policial na saúde física e mental dos policiais militares”.

6.2.1 – Sofrimento psíquico e trabalho policial militar: uma relação possível?

A maior parte dos estudos afirma existir relação entre o sofrimento psíquico e o trabalho policial militar, apresentando, em alguns momentos, pontos de vista convergentes e, em outros trazendo apontamentos mais específicos sobre a questão.

Barcellos (1999) pesquisou o nível de influência que as condições e a organização do trabalho exercem sobre as experiências de prazer e sofrimento no trabalho, vivenciadas por policiais militares que realizam o policiamento ostensivo em Porto Alegre. De acordo com o autor, as peculiaridades do trabalho, como a hierarquia explícita, rígida e verticalizada, o próprio caráter militar atribuído à função policial e diante disso, a restrita liberdade para interferência do sujeito na execução do seu trabalho, trazem influências diretas no sofrimento ou prazer, experimentadas por esses trabalhadores.

Nesse mesmo sentido, Spode (2004) discute uma categoria específica dentro da hierarquia militar, ou seja, os capitães, com o intuito de compreender como se dá a relação entre o papel que estes executam na Brigada Militar e as vivências de sofrimento e prazer, tomando por eixo de análise a produção de subjetividade e a saúde mental deles. Em um documento publicado por Spode (2006), corroborado por Ferreira (2009) e (2011), reitera-se que a categoria policial militar é muito vulnerável à produção do sofrimento psíquico, haja vista a realidade diária permeada por perigos e tensões sempre iminentes.

Já Sartori (2006), acrescenta que os policiais militares fazem parte do grupo de risco para a Síndrome de *Burnout*, que de acordo com Pêgo (2016) “trata-se de um conjunto de sintomas caracterizado por sinais de exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização profissional em decorrência de uma má adaptação do indivíduo a um trabalho prolongado, altamente estressante e com grande carga tensional”(MASLASH e GOLDBERG Apud PÊGO; PÊGO, 2016, p. 172), pela natureza ostensiva de seu trabalho e por problemas decorrentes deste. Tal dado é reforçado por Rodrigues et. al. (2015) ao afirmarem que o acúmulo de situações de trabalho desgastantes, por exemplo: o relacionamento interpessoal, a execução das ordens prescritas, a relação com os comandantes, o desempenho no trabalho, a satisfação e a motivação relacionadas ao trabalho, ocasionam um tipo de estresse crônico, ao que também caracterizam como Síndrome de *Burnout*.

Visando pesquisar as representações sociais dos policiais de Aracaju/SE, acerca do trabalho e a relação existente entre qualidade de vida e tais representações, Mariano (2015) aponta para a importância do trabalho na vida social desses profissionais, tanto no contexto pessoal quanto coletivo, e trata de aspectos referentes à percepção da qualidade de vida, a centralidade do trabalho, as contradições da função, o sentimento de realização pela atividade realizada e as possibilidades financeiras, bem como a busca pelo conforto, por estes profissionais.

Ferreira (2008) e Minayo et. al. (2011) fazem a relação entre sofrimento psíquico e trabalho policial, a partir das queixas de policiais militares, cujos problemas mais relatados referem-se à saúde psíquica. Cabe ressaltar, que o estudo de Minayo et. al. (2011) analisa o adoecimento físico e mental de policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro, sendo observada a maior intensidade de sofrimento psíquico entre os militares, quando comparado com os civis. Demonstrando que a diferença no exercício profissional dessas duas instituições influencia, de certa maneira, no grau do adoecimento percebido entre esses trabalhadores.

No intuito de relacionar o estresse, as condições de trabalho e o estado nutricional dos policiais militares de uma cidade do sudeste do Brasil, Santana (2012) encontrou associação positiva entre o Índice de Massa Corporal (IMC) e a irritação, e o IMC e a ocorrência de problemas emocionais ou no sistema nervoso, relacionando o estresse à função policial militar, permeada por fatores reconhecidos como estressores: alta demanda, longas horas de trabalho, contato frequente com o público, limitação de recursos materiais, exposição a situações de perigo, e insatisfação com as condições de trabalho e salários.

O caso de um soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que suicidou-se em uma transmissão ao vivo no *site* de uma rede social, é trazido por Joly (2017)

para reafirmar a relação entre o trabalho policial militar e o sofrimento psíquico. Esse autor reforça que não se trata de um caso isolado entre os profissionais da segurança pública no Brasil, pois o sofrimento em função da profissão pode alcançar níveis tão altos que acaba tendo o suicídio como desfecho. “A sensação de abandono e o impedimento de realizar o tratamento desencadeiam no entrevistado esses sentimentos que podem levar, em muitos casos ao suicídio” (JOLY, 2017, p. 57).

Ao discutir a temática da vitimização policial esse pesquisador indica outros fatores, além do óbito por suicídio, como os adoecimentos e as questões relacionadas à classe profissional e gênero, que também figuram como campos de vitimização. Em uma instituição marcada pelo ideal e valorização da virilidade enquanto requisito desejável, os assédios (moral e sexual) e a segregação são as formas mais comuns de vitimização no que se concerne às questões de gênero.

Quanto à vitimização por conta da classe hierárquica, está inserida no âmbito da estrutura hierárquica, ou seja, no elemento relacionado com a organização do trabalho, e se dá, segundo o autor, principalmente quando ocorre algum conflito entre oficiais e praças, entre os gestores e os subordinados, desdobrando-se em consequências negativas, na maior parte das vezes para as praças. (JOLY, 2017)

A hierarquia, apresentada na pesquisa de Antunes (2019), é um elemento da organização do trabalho que está diretamente relacionado ao sofrimento psíquico vivenciado no trabalho policial militar, o que será melhor abordado na próxima sessão.

Silva e Vieira (2008), Bezerra (2012), Müller (2012), Sales (2013), Schlitchting Junior et. al (2014), Machado et. al (2015), Souza et. al. (2015), Alves et. al. (2015), Carvalho (2016), Ferreira(2016), Pereira (2017), Lima (2018), Sousa (2018), Freitas et. al. (2018) e Castro et. al. (2019) trazem importantes elementos das condições e da organização do trabalho como uma forma de relacionar o sofrimento psíquico ao trabalho policial militar, seja pela influência da instituição, a partir de seu aspecto organizacional rígida e hierarquicamente constituído, pelas precárias e desfavoráveis condições de trabalho (locais insalubres, falta de equipamentos de proteção, ou equipamentos obsoletos, defeituosos, pesados) ou pelo conteúdo do trabalho, quase sempre permeado pela violência, qual seja das ocorrências atendidas no decorrer dos plantões ou do enfrentamento armado.

De acordo com Castro et. al. (2019, p. 527), ser policial é “uma profissão de risco para problemas de saúde (física e emocional) como *burnout*, estresse, abuso de álcool e ideações suicidas. Esses problemas de saúde resultam de algumas condições aversivas, próprias do trabalho policial e geradoras de esgotamento físico e emocional”.

6.2.2 – Sobre as condições e organização do trabalho, que propiciam o sofrimento psíquico em policiais militares

A maior parte dos estudos convergiu em apontar aspectos da organização e das condições do trabalho policial como desencadeadores do sofrimento psíquico, como Barcellos (1999), Spode (2004), Spode e Merlo (2006), Ferreira et. al. (2008), Ferreira (2009) e Minayo et. al. (2011). Estes autores demonstram que questões como a carga de trabalho, a falta de suporte social, a divisão dos trabalhadores e das tarefas, as pressões dos mecanismos disciplinares, as relações hierárquicas e o nível de rigidez na organização do trabalho, que possibilitará ao trabalhador maior ou menor liberdade para gerir sua atividade, propiciam o surgimento do sofrimento psíquico. Nesse ínterim, Ferreira et. al. (2012), afirma que a organização do trabalho é um elemento imprescindível para a elaboração do sentido do trabalho, pois figura possibilitando a amplificação de significados do indivíduo no mundo, sua colocação e reconhecimento frente à sociedade.

Silva e Vieira (2008), Müller (2012), Sales (2013), Machado et. al. (2015) e Carvalho (2016) descrevem as questões referentes às condições de trabalho, por exemplo: a baixa qualidade dos equipamentos de segurança e de trabalho, a falta de recursos humanos e materiais, as remunerações desproporcionais, as condições insalubres de trabalho e o pouco investimento do Estado que favorecem o surgimento do sofrimento psíquico nesses trabalhadores.

A pesquisa realizada por Bezerra (2012), com mulheres policiais militares, das áreas de saúde e operacional, praças e oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), traz informações importantes acerca da influência das condições e da organização do trabalho na vida de policiais militares. Na visão das oficiais participantes da pesquisa, a hierarquia e as injustiças cometidas em nome dela, as questões de gênero, como preconceito e assédios moral e sexual, são algumas dessas condições. Para as praças, a hierarquia também gera sofrimento pelo fato de terem que executar ordens, pelo receio de serem punidas ou sofrerem injustiças, caso não as executem. Estas policiais interpretam como discriminação a diferença da alimentação servida para praças e oficiais no “rancho” (refeitório) e o fato dos oficiais não terem descontos referente à alimentação em seus salários, em detrimento dos descontos realizados nos salários das praças.

Quanto às condições de trabalho, as policiais ressaltam a falta de infraestrutura e as precárias condições físicas para a realização do trabalho, a falta de material para trabalhar, a

defasagem do efetivo, a carência de formação profissional. Na opinião das policiais que atuam na linha de frente, no serviço operacional, há também a dificuldade de se conseguir lugar para utilizar o banheiro. (BEZERRA, 2012)

O relato de uma policial resume, de certa forma, como essas mulheres se sentem frente a tantas dificuldades na corporação, ela diz: “As policiais entraram em um ambiente que não era delas e nunca se buscou adequá-lo” (BEZERRA, 2012, p. 58). Dizem ainda sentir-se como um “apêndice na instituição”. Percepção corroborada por policiais que atuam no serviço operacional e disseram que sentiam a necessidade de provar a todo momento que poderiam estar ocupando aquele espaço. Para essas trabalhadoras os fatores que mais causam estresse são as manifestações de discriminação e preconceito de gênero e o assédio sexual. (BEZERRA, 2012)

Santana *et al.* (2012) investigaram a relação entre estresse, condições de trabalho e o estado nutricional de policiais de uma cidade do sudeste do Brasil. Constataram que o baixo controle do trabalho, a alta demanda, o contato frequente com o público, a extensa jornada de trabalho, a insuficiência material, as dificuldades de crescimento profissional, o descontentamento com o salário, as situações de perigo e os problemas familiares foram as questões informadas pelos participantes da pesquisa como as responsáveis pelo desencadeamento do sofrimento psíquico.

Com o objetivo de estabelecer uma associação entre as condições e a organização do trabalho com a Síndrome de *Burnout*, Sartori (2006), por meio da realização de observações, entrevistas e cruzamentos estatísticos, encontrou a baixa qualidade e adequação das condições de trabalho referentes às ferramentas de trabalho (escudos, capacetes, coletes, armamentos, entre outros) e a exaustão emocional. Seu estudo é encontrado como referência na pesquisa de Mariano (2015), que analisou as representações sociais acerca da profissão policial militar e procurou investigar as relações entre as representações elaboradas pelos policiais com a qualidade de vida no trabalho. Tais representações denotam o quão importante é o trabalho em suas dinâmicas sociais, pela garantia da sobrevivência e a possibilidade de realizações, bem como pela utilidade social da profissão e a projeção da carreira, em contrapartida, reiteram o limitado apoio que a instituição dispõe para atender às demandas do trabalho.

Vislumbrando o papel mediador da autoeficácia na relação entre o bem-estar subjetivo e a Síndrome de *Burnout*, Souza *et al.* (2015), indicam um novo ponto de vista para a questão do sofrimento psíquico, centralizado nesta Síndrome. Podemos dizer que a crença acerca de suas capacidades de desenvolver certos comportamentos em situações distintas, resume o conceito de autoeficácia trazido neste artigo. Desta forma, sua colaboração reside na proposta

apresentada, de um possível mecanismo de autorregulação para lidar com o sofrimento psíquico baseado no fortalecimento da autoeficácia em policiais e bombeiros militares (SOUZA et al., 2015).

A ausência de folgas, trabalhar em turnos e na área operacional, alterações inopinadas na escala de serviço e sem algum aviso, lidar com situações de extrema violência, a vivência contínua e constante de situações de miséria, desamparo, crises e mortes, estar submetido à rigidez da hierarquia e a da burocracia, a falta de apoio do supervisor, segundo Ferreira (2016) e Sousa (2018), são fatores organizacionais que propiciam o sofrimento. Freitas et. al. (2018) reafirmam os indicadores supracitados e os associa à suscetibilidade dos trabalhadores ao surgimento de esgotamento emocional (Burnout). Fazem também uma relação entre o adoecimento ocasionado por questões do trabalho e efeitos deletérios nas relações sociais destes trabalhadores.

O assédio moral, situações de humilhação, as punições veladas, a falta de oportunidade para o crescimento pessoal e profissional, a falta de reconhecimento institucional, a dificuldade de expressar ideias, a diferença de tratamento entre oficiais e praças, as interferências políticas no trabalho policial e o sentimento de incompreensão nas audiências de custódia são aspectos citados por: Sales (2013), Minayo (2013), Carvalho (2016), Pereira (2017), Lima (2018), Pelegrini et. al. (2018) e Castro et. al.(2019), como desencadeadores do sofrimento psíquico entre policiais militares.

No intuito de compreender os vieses organizacionais e políticos da vitimização policial militar, Joly (2017) colabora no sentido de apontar para questões que já foram levantadas, como: a precarização condições materiais do trabalho, a negação dos direitos, os baixos salários e a sustentação da imagem do “policial-herói” e a noção da vigilância constante, são consideradas fontes de vitimização, uma vez que tais aspectos, associados ou não, promovem a ocorrência do sofrimento para esses trabalhadores.

6.2.3 - Repercussões do trabalho policial na saúde física e mental dos policiais militares

Em sua dissertação, Barcellos (1999) conclui que a associação da precarização das condições de trabalho à rigidez da organização do trabalho dos policiais militares, é um fator que desencadeia o sofrimento psíquico, que por sua vez, não se restringe ao âmbito do trabalho, alcançando também a sua vida social. O autor informa ainda que devido à baixa remuneração que recebem, os policiais vivenciam dificuldades financeiras e precárias condições de moradia e de subsistência, bem como baixa expectativa quanto ao seu futuro.

Em uma pesquisa com capitães da Brigada Militar, os resultados apresentados por Spode (2004) e Spode e Merlo (2006) indicam que os participantes da pesquisa afirmaram apresentar sintomas físicos, como: dor de cabeça e problemas de pressão arterial, para os quais usam medicamentos de forma paliativa. Os capitães atribuíram tais sintomas à constante preocupação advinda do trabalho e às diversas situações de tensão que vivenciam nas ruas. A elevada carga de trabalho conduz os policiais à percepção de que seu trabalho é desgastante e a falta de reconhecimento do trabalho que realizam é também apontado por eles como fonte de sofrimento.

Silva e Vieira (2008) e Ferreira et. al. (2008) convergem ao afirmar que o sofrimento psíquico resulta também da conjugação das forças relacionadas ao trabalho, perpassado por rotinas intensas de trabalho, pelo pouco suporte social, incluindo o dos superiores hierárquicos. Segundo os autores esse sofrimento pode se desdobrar em casos de alcoolismo e depressão, podendo chegar ao suicídio.

Para Silva e Vieira (2008, p. 167) “No contexto da PM, as pressões da organização do trabalho e a sociedade aflita são fatores que podem influenciar no aumento da fadiga e nas crises mentais.” Ainda segundo os autores, os soldados e cabos são os mais afetados, por serem considerados na hierarquia como elementos de execução, logo, são majoritariamente designados ao patrulhamento e ficam, assim, mais expostos às ocorrências de risco.

O risco de morrer, ser ferido durante o trabalho, em função do mesmo ou até mesmo a percepção deste risco por parte dos policiais, apontado por Spode (2006), Ferreira (2011) e Minayo (2011), passa pela exposição destes profissionais a diversas formas de violência e pela exposição a situações extremas tanto do ponto de vista físico, quanto psíquico, pela peculiaridade de sua função, fato corroborado no artigo de Souza et. al. (2012).

Baseado em Minayo et. al (2007), pode-se afirmar que o risco da profissão policial é inerente à existência desses agentes, porque a identidade profissional atua como fundante de uma forma de ser trabalhador, de modo que os acompanha também nos momentos em que não estão trabalhando, e que se reflete inclusive em suas relações familiares e sociais. Isso também parece gerar uma percepção de risco maior do que a experiência de vitimização, embora não se possa subestimar o impacto da sensação constante da iminência de algum risco na saúde mental. O sentimento de medo permeia a atividade profissional, embora na maior parte das vezes não possa ser devidamente assumido, por receio de serem excluídos ou ridicularizados em seus locais de trabalho. O sofrimento psíquico também aparece como resultado da impossibilidade de manifestar ou sentir abertamente esse medo, de acordo com Minayo et. al (2008).

Outro ponto trazido no artigo de Minayo et. al (2007) é o de que as condições materiais de trabalho, como o estado das viaturas, dos equipamentos de proteção e de trabalho influenciam de modo a maximizar a percepção de risco.

Alterações de sono, distúrbios gastrointestinais, cardiovasculares, desordens psíquicas e prejuízos à relação social e familiar, são apontados por Ferreira (2009) como consequências do trabalho em turno realizado pelos policiais militares. A autora ressalta ainda que os problemas relacionados ao sistema neuropsíquico, como: fadiga, irritação, ansiedade, dificuldade de sono e dor de cabeça foram os mais citados pelos participantes da pesquisa. Em um outro artigo, Ferreira et. al. (2012) encontraram uma prevalência de morbidade referida em 72% dos 207 policiais militares entrevistados. Entre as mais citadas estão os problemas de visão (32,6%), hipertensão arterial (25%), gastrite (13,9%), depressão (11,8%) e varizes (11%).

Minayo et. al. (2011) analisam dados de pesquisas realizadas com policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro sobre os impactos da atividade profissional em sua saúde física e mental. A partir dos depoimentos desses agentes, chegaram à conclusão de que os policiais militares que executam o trabalho ostensivo, trabalham durante a noite, trabalham por um período de 12 horas sem se alimentar devidamente, às vezes tendo realizado apenas uma refeição, trabalham sob pressão, ficam em constante estado de alerta e dormem pouco são consequências relativas às condições e à organização do trabalho policial militar. Tais achados corroboram resultados de estudos internacionais, ratificam que o risco ocupacional e o desgaste psicológico sofrido pelos policiais resultam em alcoolismo, drogadição, insônia, estado de hipervigilância, aumento da agressividade ou embotamento afetivo, o que também pode conduzir a problemas de ordem familiar, como a violência, a ideação, tentativa ou até mesmo a consumação do suicídio.

O estresse ocupacional auto atribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, foi abordada por Bezerra (2012) que constatou, a partir da fala dessas profissionais, que sintomas como: sentimento de ansiedade, compulsões alimentares, atitudes repetidas e o consumo de café em excesso, se apresentam em consequência ao estresse no trabalho. A autora também destaca entre os sintomas psicossomáticos a enxaqueca, queda de cabelo, psoríase, herpes e menstruação desregulada. As policiais ainda mencionam o estresse, o medo e a ansiedade gerados pelo receio de serem reconhecidas como policiais.

Uma contribuição importante da pesquisa de Santana et. al. (2012) reside na articulação do “estado nutricional” de policiais militares com as categorias: “condições de trabalho” e “estresse ocupacional”. Os resultados quanto aos efeitos que o trabalho policial

militar exerce sobre a saúde física e mental dos policiais participantes da pesquisa, indicam a debilitação do organismo, enfraquecimento do sistema imunológico, hipertensão arterial, problemas de pele, depressão, raiva, ansiedade, angústia, apatia, mudança de humor e riscos como o de alterações metabólicas, acúmulo de gordura abdominal e sobrepeso. Diante dos resultados desse estudo, é importante ressaltar a existência de relação entre a alimentação, o estresse e a imunidade, que interagem e são interdependentes, sendo o trabalhador (no caso, o policial) o elemento central sobre o qual recaem todos os impactos decorrentes do desequilíbrio dessa relação.

O aumento do absenteísmo, alcoolismo, tabagismo, alterações do nível de eficiência no trabalho, problemas cardiovasculares foram consequências elencadas por Müller (2012) e Rodrigues et. al. (2015). O desempenho irregular das atividades, os conflitos de relacionamento, a síndrome do pânico, a dependência de substâncias psicoativas, foram citados por Sales (2013); os diversos tipos de câncer, depressão, insônia, estresse cumulativo, excesso de peso, distúrbios gastrointestinais, irritação, sofrimento físico e mental, foram mencionados nos estudos de Minayo (2013), Schlichthing (2014) e Machado et. al. (2015). O mau humor, tristeza, suicídio, estresse e fobia, foram encontrados nos estudos de Mariano (2015) e de Carvalho (2016); a Síndrome de Burnout e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) pareceram em Alves (2015), Ferreira (2017), Lima (2018) e Sousa (2018); o comprometimento do pensamento lógico e da habilidade de tomada de decisão em momentos de grande tensão e o rompimento de vínculo familiar foram apresentados nos estudos de Pelegrini et. al. (2018) e Freitas et. al. (2019).

Estas consequências de ordem física, mental e até mesmo no âmbito das relações sociais e familiares demonstram que, embora os estudos sejam realizados em Estados, contextos e participantes diferentes, há convergência nos resultados obtidos, no que tange às consequências do trabalho policial militar na vida de seus trabalhadores.

De acordo com os resultados apresentados por Souza et. al. (2015), o grau de comprometimento do policial pela Síndrome de Burnout é diretamente proporcional ao tempo de serviço na corporação, ou seja, quanto maior o número de anos de serviço, maior o grau de comprometimento. Outro ponto salientado por esses autores é que a Polícia Militar, por todas as questões a ela inerentes e suas influências na vida de seus membros, pode ser considerada geradora de sofrimento, o que sugere sua influência no comprometimento da saúde dos policiais.

Os resultados da investigação de Castro et. al. mostram que “... os sintomas físicos e psicológicos do estresse identificam a predominância de: mãos e pés frios, sudorese

excessiva, tensão muscular, insônia, cansaço permanente, flatulência, falta de memória, doenças dermatológicas, sobrepeso, obesidade, elevados níveis de colesterol, dores no pescoço, nas costas ou coluna, problemas de visão e dores de cabeça, associados a nervosismo, irritabilidade sem causa aparente, perda de senso de humor, conformismo, apatia e agressividade.” (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019, p. 532)

“Prejuízos na qualidade de vida e na saúde mental, maior frequência de doenças crônicas, uso regular de medicamentos e menos atividades de lazer, são encontrados em policiais com mais de dez anos de profissão, fato demonstrado pela correlação significativa entre deterioração na qualidade de vida e número superior de desordens na saúde mental.” (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019, p. 533)

Por fim, Antunes (2019) aponta a hierarquia como um fator que concorre para o aparecimento do sofrimento psíquico e influencia a saúde dos policiais militares, mas não apresenta especificamente quais são as consequências de ordem prática à saúde desses agentes. Segundo a autora, a partir do momento em que se esclarecerem os mecanismos hierárquicos, poderemos compreender melhor a organização do trabalho e tudo o que ocorre a partir dessa interação.

7 – DISCUSSÃO

A presente discussão é realizada com base nos resultados encontrados e à luz das teorias e estudos sobre as experiências de sofrimento psíquico vivenciadas por policiais militares. Aqui são discutidos aspectos referentes ao trabalho dos policiais militares, as peculiaridades desta função e o nível de influência dessas questões sobre a saúde mental destes trabalhadores, bem como as formas de sofrimento psíquico apresentadas, a partir da literatura.

A análise da produção científica brasileira sobre o tema, permite observar que uma parcela dos estudos analisados converge para o reconhecimento da existência de relação entre o sofrimento psíquico em policiais militares e sua atividade laboral, e que a mesma ocorre imbricando circunstâncias e elementos diversos, dentre eles: o contexto sociocultural e econômico, as subjetividades dos atores implicados, as condições materiais, a importância do trabalho na vida das pessoas, a forma como ele está organizado e a produção de um sentido simbólico, importante para os trabalhadores.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que o trabalho desempenha um papel significativo no que tange à afetividade e, conseqüentemente, na constituição das

subjetividades, exercendo relevante impacto também na vida social do trabalhador. Portanto, a forma como está organizado possui implicação sobre os sentimentos de prazer e sofrimento vivenciados pelos trabalhadores (DEJOURS, 1986).

O sofrimento, para Brant e Minayo-Gomez (2004), é uma experiência individual, na qual é possível identificar concomitantemente dor e prazer, não sendo possível, ser considerado de uma mesma forma para duas pessoas, por mais que estas compartilhem de uma mesma cultura e estejam num mesmo período histórico. Afirmam: “Fruto de uma visão dicotômica, a palavra sofrimento tem sido associada ao psíquico, ao mental ou à alma [...]” (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2004, p. 215)

Minayo et. al. (2008, p. 224) afirmam que “o sofrimento físico e mental não se apresentam de forma separada. São ambos resultantes do conjunto de situações vivenciadas no cotidiano do trabalho”. Essas autoras apresentam dados de um estudo feito por Rodrigues (2000), realizado com policiais no Hospital Geral da Polícia Militar, no Rio de Janeiro, que aponta as queixas que motivam a busca pelo atendimento médico no referido hospital: 23% estão relacionadas a processos de somatização fortemente associados aos problemas cotidianos; 10,2% relacionam-se à hipertensão; 24% são problemas ortopédicos, 11% referem-se a doenças gastrointestinais e 10,2% à dor precordial, ansiedade, tensão e nervosismo.

Podemos identificar como facilitadores do sofrimento mental: as condições e organização ocupacionais, entre elas a falta de treinamento e planejamento das atividades; a jornada excessiva de trabalho; o reduzido tempo para o descanso e lazer; e as precárias condições materiais e técnicas para o desenvolvimento das atividades. A tudo isso somam-se os baixos salários e as condições de trabalho inadequadas [...]. (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 225)

Quanto às vivências de sofrimento no trabalho, Dejours (2015) afirma que podem aparecer como resultado de um conteúdo de trabalho pouco significativo para o trabalhador ou da sua inadequação à tarefa prescrita, ou seja, não é o trabalho ou a organização do trabalho que causa o sofrimento, mas a relação entre as aspirações e desejos do trabalhador e a realidade da função a qual exerce. Na instituição policial-militar, inevitavelmente, essa relação é atravessada pela forma como são distribuídas e organizadas as pessoas, as tarefas, os deveres e funções, apresentando-se como um campo onde o sofrimento pode ser vivenciado, em decorrência da rigidez das tarefas prescritas e da falta de liberdade para modificar as formas de execução.

No que tange à prática da atividade policial, existem outros fatores que estão interligados ao sofrimento psíquico, tais como a tensão a que estão submetidos, o perigo iminente, o estresse, as condições de trabalho e o caráter de incerteza que permeiam o cotidiano desses trabalhadores, que favorecem o agravamento do quadro de sofrimento, podendo evoluir para um adoecimento mais grave como a síndrome de *Burnout*, depressão e, em casos extremos, o suicídio.

Uma pesquisa sobre suicídio e ocupação, feita por Menezes (2016), corrobora a premissa de que fatores como o estresse ocupacional, os conflitos no âmbito organizacional, com destaque para a rigidez hierárquica, a ambiguidade nas políticas institucionais, a exposição a situações de violência e morte, o estresse, a percepção negativa de sua imagem profissional frente à opinião pública e a busca tardia por apoio emocional e psicológico estão vinculados ao risco de consumação de suicídio entre policiais militares, considerando o acesso à arma de fogo como uma peculiaridade que exerce influência nesse sentido e ressaltando ainda o elevado grau de sofrimento psíquico gerado por tais circunstâncias.

O suicídio de policiais é considerado um desfecho de elevada gravidade, dados os impactos que desdobram-se em consequências para quem está próximo de quem o consome, marcando significativamente suas relações sociais, mas segundo Miranda (2016), em detrimento desse caráter de gravidade, o poder público e as instituições policiais, que são responsáveis em seus respectivos níveis de competência pela gestão das polícias, não tem dado a devida importância ao problema.

Seria equivocado defender a premissa que o trabalho policial militar produz apenas sofrimento, haja vista que encontramos relatos sobre experiências de prazer e satisfação advindas do trabalho, conforme a teoria Dejuriana aponta. Sobre essa ambivalência o autor afirma:

A afetividade é o meio pelo modo pelo qual o próprio corpo vivencia seu contato com o mundo. A afetividade está na base da subjetividade. [...] O essencial da subjetividade é da categoria do invisível. O sofrimento não se vê. Tampouco a dor. O prazer não é visível. Esses estados afetivos não são mensuráveis. (DEJOURS, 2007, p. 29)

Para o autor, a vivência do prazer relacionado ao trabalho está vinculada à dimensão da liberdade, para criar e interagir com o conteúdo prescrito pela organização, e do reconhecimento, como mecanismo de significação simbólica que interage com sua experiência de *ser-no-mundo*, corroborado nesta perícopo: “O reconhecimento pode transformar o sofrimento em prazer. É o reconhecimento que dá seu sentido subjetivo ao trabalho. Trabalhar nunca é somente produzir, é também transformar a si mesmo”

(DEJOURS, 2009, p. 23).

Insta ressaltar que em função do debate promovido reiteradamente, pelas instituições acadêmicas, respaldadas nos diversos estudos realizados sobre a saúde dos profissionais da segurança pública, demanda acolhida de certa forma pelas instâncias políticas e institucionais, resultou na promulgação da Lei 7.883 de 02 de março de 2018, que institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos agentes de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, sinalizando uma decisão importante para a mudança do cenário referente ao cuidado à saúde mental desses trabalhadores. (RIO DE JANEIRO, 2018)

Outro questionamento desta dissertação foi sobre quais fatores do trabalho policial militar propiciam a ocorrência do sofrimento psíquico. Para respondê-la recorre-se a duas categorias oriundas dos artigos analisados que concentram tais fatores: a organização do trabalho e as condições de trabalho. É importante ressaltar que mesmo representando aspectos diferentes, essas categorias não estão isoladas e interagem no âmbito prático dos acontecimentos.

Condições de trabalho são aquelas que abrangem os aspectos físicos, químicos e biológicos relacionados ao trabalho exercido pelos policiais militares Dejours (2015). Consideram-se nesta categoria a qualidade dos equipamentos de trabalho e de segurança dos policiais, a carga horária excessiva, a falta de recursos humanos em número suficiente, a falta de insumos e materiais para o desenvolvimento adequado das atividades, a precária capacitação e as condições insalubres de trabalho.

O problema dos baixos salários dos policiais em contraposição às suas necessidades de subsistência, acaba encontrando como solução o aumento do número de horas trabalhadas, seja em serviços extraordinários pela corporação ou fora dela, mas em geral esses serviços estão relacionados com o campo da segurança. Com o aumento das horas de trabalho e conseqüente diminuição do tempo para descanso e lazer, no decorrer dos anos pode levar este trabalhador a desenvolver doenças, sofrer acidentes, ao esgotamento emocional (*Burnout*), a transtornos psíquicos ou até ao suicídio, como descrito acima.

Ao vislumbrar as questões referentes às condições de trabalho, Müller (2012) aponta entre os fatores preponderantes para a experiência de sofrimento no trabalho o pouco investimento financeiro do Estado, um dado que encontra um contraponto na pesquisa de Joly (2017), que apresenta a informação acerca do aumento nos investimentos financeiros em Segurança Pública na maior parte dos Estados da Federação, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015. Mas ressalta que: “Contudo, há que se problematizar de que forma esses recursos estão sendo investidos, pois maiores gastos com segurança pública não

significam necessariamente melhorias em aspectos primordiais dessa área [...]” (JOLY, 2017, p. 15)

Já a categoria organização do trabalho abrange aspectos como a divisão dos trabalhadores, das tarefas, as atribuições de cada estrato hierárquico, a carga de trabalho, as relações hierárquicas e o que acontece em decorrência dessas relações, o suporte social (intra e extra institucional) ou a falta deste, o acesso ou a negação dos direitos, o ideal do policial como herói, entre outros. Trata-se de elementos sutis, que por vezes encontram-se sobrepostos por elementos das condições de trabalho ou pelo próprio trabalho em si (DEJOURS, 2015).

Cabe reconhecer que a organização do trabalho é fundamental na elaboração do sentido do trabalho, pois está na base de como ele é apresentado, não somente ao policial militar, mas à sociedade, gerando e concatenando essa trama de sentidos.

Lidar com situações de extrema violência, crises, miséria, morte e desamparo também podem ser considerados fatores organizacionais, tendo em vista que a função exercida pelos policiais militares exige que estejam constantemente envolvidos em ocorrências que os expõem a esses tipos de situação, o que também atua como um fator que propicia o surgimento do sofrimento psíquico.

A hierarquia é citada em diversos estudos, como algo que influencia no aparecimento do sofrimento psíquico, porém, partindo da premissa que a hierarquia não existe apenas nas instituições militarizadas, mas em qualquer instituição minimamente organizada, sendo esta uma empresa ou uma família e entendendo que a hierarquia é apenas mais um elemento do que se compreende por organização do trabalho, levantam-se os seguintes questionamentos: Seria a hierarquia um problema para os policiais militares? Seria ela um fator preponderante para o sofrimento psíquico?

Ao abordar especificamente os impactos da hierarquia sobre a saúde de policiais militares, Antunes (2019) afirma que o processo de verticalização, quando em demasia na polícia militar, acaba por dificultar o desenvolvimento das ações, a designação das responsabilidades, favorecer erros de comunicação. Indica que a hierarquia, quando não praticada visando o todo acaba favorecendo relações autoritárias em detrimento das relações de autoridade.

“[...] o trabalho policial na maioria das vezes não é reconhecido enquanto trabalho, mas sim como missão. Se um policial não é reconhecido enquanto trabalhador, ele pode perder direitos e deveres e ficar à deriva de qualquer mudança institucional. Uma profissão de alto risco e exposição precisa ter clareza quanto aos seus regulamentos e procedimentos. Ficar à mercê da vontade de um outro retira das ações policiais o compromisso com a política de segurança pública, servindo a particularismos e demandas pessoais, aumentando assim o risco de ter organizações de forças e não instituições policiais democráticas de direito.” (ANTUNES, 2019, p.

92)

Quando se observa a Polícia Militar enquanto instituição e princípio dessa cadeia de produção de sentidos, subjetividades, prazeres e sofrimentos, aceita-se que sim, a hierarquia é um fator essencial para a geração do sofrimento, que é um problema para os trabalhadores, mas se falhará em considerar que é pela hierarquia que a organização se dá, o que é imprescindível para o bom funcionamento desta e uma prestação de serviços de qualidade à sociedade.

Diante disso, pode-se pensar que o problema não está na hierarquia, mas na sua deturpação, no assédio moral e sexual, nos preconceitos e demais injustiças que são praticadas sob a premissa da hierarquia.

O terceiro ponto a ser discutido são as repercussões do trabalho policial militar na saúde física e mental desses trabalhadores. Diversos problemas de saúde como: alcoolismo, alterações de sono, distúrbios gastrintestinais, cardiovasculares, hipertensão arterial, desordens psíquicas, fadiga, depressão, irritação, ansiedade, dificuldades como sono, dor de cabeça, drogadição, embotamento afetivo, compulsão alimentar, problemas de pele, enfraquecimento do sistema imunológico, Transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), Síndrome de Burnout e, em casos extremos, o suicídio.

Para melhor compreender tais consequências do trabalho policial militar na saúde física e mental desses trabalhadores é necessário observar que elas podem ser decorrentes das precárias condições de trabalho e da rigidez da organização do trabalho, que estão imbricadas nesse processo e geram um ciclo de práticas que podem conduzir ao adoecimento. Outro fato a se considerar é que o sofrimento psíquico não se restringe apenas ao campo ou situações de trabalho, inevitavelmente alcançará o âmbito familiar e as demais relações sociais destes trabalhadores, impactando quase que a totalidade dos aspectos de suas vidas.

Ademais, o trabalho policial militar é constitucionalmente designado para a ostensividade, manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, os profissionais que executam o patrulhamento estão diretamente em contato com a população, ou seja, existe uma relação estabelecida entre a sociedade e o policial e por mais que esta não se dê diretamente, pode-se dizer que há uma simbologia contida nesta relação onde cada um tem à priori um papel a desempenhar.

Tendo em vista a conformação social sobre a formação de um ideário acerca da instituição e da função policial militar, pode-se aludir ao conceito de estigma (GOFFMAN, 1988), haja vista a ambivalência desta relação entre a sociedade e o servidor, que também a

compõe, mas, uma vez investido da função parece não se reconhecer ou ser reconhecido como participante da sociedade. No contexto atual, destacam-se imagens pejorativas como as de policial corrupto, truculento e autoritário, que são tomadas a partir de eventos específicos envolvendo estes profissionais, sem considerar o âmbito social, institucional e político no qual estão inseridos, estas imagens são reiteradas pelos meios de comunicação contribuindo para a conformação desta postura como atributo imutável, como marca depreciativa própria destes profissionais.

Ao se tratar especificamente do adoecimento de policiais militares, não seria absurdo dizer que a estigmatização ocorre também intramuros (institucionais), mas para fazer a devida aproximação com o conceito será necessário mencionar a noção de identidade social ou estereotípiã, que é a manipulação do estigma através do enquadramento das pessoas em categorias amplas e geralmente estranhas a quem o faz (GOFFMAN, 1988). Como exemplo, os policiais que apresentam sintomas claros de sofrimento psíquico ou são afastados da atividade fim (policimento ostensivo) por tal motivo.

Além de lidar com o próprio adoecimento passam a lidar, diante de seus pares e superiores, também com o estigma que esta condição lhes impõe. A eles é imputado um estereótipo institucionalizado, lugar de menos valia, dos que não suportaram, que não foram fortes o bastante ante das adversidades e são tratados de duas formas possíveis: como incapaz, não apto ou como alguém que está “burlando” ou fugindo à responsabilidade do serviço. Muitas vezes, a fala destes profissionais não tem o devido alcance, não lhes é dada a devida atenção pois a saúde mental acaba ficando em segundo plano, faltando oportunidades efetivas de dar voz aos que manifestam este comportamento, dito desviante.

Esse argumento encontra respaldo, de acordo com o que aponta Miranda (2016) em seu estudo com policiais militares do Estado do Rio de Janeiro:

Os tabus em torno da saúde mental são frequentes no ambiente de trabalho da PMERJ. Policiais que sofrem de doenças mentais são rotulados pelos colegas e superiores por “malucos”. Muitos policiais em tratamento psiquiátrico confessaram que seus pares e superiores passaram a tratá-los com distância e estranhamento após a tentativa de suicídio [...] O comportamento suicida e o tratamento psiquiátrico, contam os policiais, estão correlacionados a estereótipos e a punições. (MIRANDA, 2016, p. 80)

Nota-se o quanto o sofrimento se apresenta por diferentes vias: seja como consequência da relação desequilibrada entre o trabalhador e as condições de trabalho e/ou organização do trabalho, seja pela falta de liberdade para “reinventar” novas formas de realizar seu trabalho ou até mesmo pela percepção da segregação vivenciada dentro da

instituição, segregação que resulta da atribuição de um estigma ao trabalhador que adocece. O sofrimento, próprio do adoecimento é potencializado pela separação provocada em seu núcleo de relações no trabalho e pela vergonha de sucumbir, de perceber-se fraco e limitado ao confrontar sua experiência de adoecimento com o ideal de virilidade sustentado no âmbito institucional e reiterado por seus pares e superiores (DEJOURS, 2015).

É válido destacar, no sentido de apontar para uma lacuna, que houve apenas um estudo, o de Bezerra (2012), que abordou de forma direta a questão de gênero e como isso reflete na saúde de policiais militares, com enfoque na saúde de mulheres policiais. Em outros estudos, houveram menções sobre gênero e cor. Pode-se constatar, portanto, uma lacuna de conhecimento em relação a estudos com recorte de gênero, cor e classe envolvendo policiais.

Nesse sentido, Antunes (2019) contribui com a discussão, afirmando que não se pode dissociar do trabalho as discussões ou impacto das questões referentes ao gênero, uma vez que a construção da imagem profissional do policial está embasada no ideal da virilidade masculina. Pensar o sofrimento do trabalhador policial pela ótica do gênero, implica considerar tal ideal que influencia nas relações pessoais e institucionais e reitera também as relações de poder que nem sempre estão explícitas.

Contudo, por mais que seja possível observar em muitos trabalhos acadêmicos que contenham ou contemplem de alguma forma a virilidade, o “*ethos* guerreiro”, não foi encontrado dentre os documentos analisados, algum que tenha se aprofundado especificamente na investigação sobre os impactos e/ou influências do imperativo da masculinidade sobre a saúde mental de policiais militares.

Por fim, vale a pena destacar como um importante achado, o estudo de Joly (2017) e o assunto por ele abordado: a relação entre a vitimização policial militar e o campo das ações e disputas políticas, o que possibilitou a ampliação do horizonte de análise sobre as hipóteses outrora levantadas. Outros estudos também apresentam de forma acessória esse caráter de interferência política, o que indubitavelmente, apresenta-se também como uma nova possibilidade de estudar as relações institucionais das polícias militares e todos os desdobramentos que se originam dessas relações, inclusive suas implicações na saúde desses trabalhadores.

Na intenção de propor uma linha de raciocínio lógica, é importante situar a organização e atuação das polícias militares de acordo com o marco legal no Brasil. Segundo o caput do Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL,

1988), e os órgãos responsáveis são: a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Civis, as Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros Militares e as Polícias Penais.

Os parágrafos quinto e sexto do artigo supracitado, especificam as missões constitucionais e definem a subordinação das Polícias Militares, a saber: que cabem a estas o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. São também consideradas forças auxiliares e reservas do Exército e estão subordinadas aos governadores dos Estados e do Distrito Federal. O parágrafo sétimo também informa um parâmetro relevante para o início dessa discussão, preconizando que “A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades” (BRASIL, 1988).

Embora pareça elementar a compreensão acerca da subordinação legal das Polícias Militares, neste momento é importante evidenciar esta condição, na busca por uma análise mais abrangente da questão. Em diversos momentos pode-se ter uma imagem da Polícia Militar como uma organização independente e autogerida, através do que é veiculado nas manchetes de jornais, nas observações de fatos cotidianos que envolvam a atuação do policial ou quaisquer outras representações que não nos exijam aprofundamento analítico ou conhecimento de causa. Pode-se então inferir que, no contexto social, no dito “senso comum”, os assuntos referentes a polícia são tratados de forma pontual e sem o devido aprofundamento, em boa parte das vezes.

Nesse sentido, Monjardet (2012) procura mostrar a instituição a partir de uma visão finalística:

Acontece exatamente o mesmo em relação à polícia: instrumento de aplicação de uma força (força física em primeira análise) sobre o objeto que lhe é designado por quem a comanda. Por este motivo, a polícia não poderia ter finalidade própria, não há transcendência da coerção física (mesmo para o sádico, ela é apenas um meio). A polícia é totalmente para servir [...], e recebe sua definição – no sentido de seu papel nas relações sociais – daquele que a instrumentaliza (MONJARDET, 2012, p. 22).

O autor apresenta a polícia, metaforicamente, como um martelo, que não possui finalidade em si, mas que a encontra de acordo com os objetivos de quem o maneja e afirma que “qualquer que seja o escalão territorial de direito comum, o órgão policial sempre estará subordinado a uma autoridade política” (MONJARDET, 2012, p. 38).

No contexto das produções acadêmicas analisadas, poucas extrapolam o contexto organizacional imediato das Polícias Militares, embora bem descrevam as relações internas das corporações, a hierarquia, disciplina e demais quesitos da organização do trabalho, não

abordam de forma objetiva a condução dessas instituições pela ordem política vigente. Ao deixarem de citar tal ordem, abrem uma lacuna na compreensão de que as Polícias Militares não existem por si e são, em última análise, autogeridas; mas que existe um ordenamento legal que determina e delimita suas ações e um contexto político que interfere direta e indiretamente, mesmo que de forma não-explicita.

Apenas quatro estudos, os de (MÜLLER, 2012), (SALES, 2013), (RODRIGUES; OLIVEIRA; SILVA, 2015) e (JOLY, 2017), pouco mais de 10% do número total de estudos, citam e relacionam de forma clara, a interferência e o papel de agentes ou decisões de ordem política nas Polícias Militares e relaciona tais interferências como fatores importantes para a análise do sofrimento psíquico em policiais militares. Com isso, trazemos à discussão um elemento basal, que precisa ser incluído em análises mais abrangentes sobre o tema estudado. Não considerar a premissa das interferências do campo político na saúde desses trabalhadores seria um equívoco, haja vista a compreensão de que o adoecimento mental de policiais militares é também perpassado por interferências e interesses do campo político, bem como pela ausência de uma ampla e consistente política de saúde mental para esses trabalhadores.

É pertinente buscar compreender a relação estabelecida entre decisões do campo político, numa visão “*macro*”, e os seus desdobramentos no âmbito das instituições policiais-militares, com o objetivo de propor uma análise aprofundada sobre o assunto, sem perder o mote do sofrimento psíquico que acomete esses trabalhadores.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de propor uma conclusão para a discussão desenvolvida ao longo desta pesquisa, pode-se afirmar que a busca pelas respostas produziu uma resposta ambivalente, pois considero que os objetivos foram alcançados, mas ao mesmo tempo, todo o trabalho realizado no percurso fomentou novas perguntas e inquietações, reiterando a percepção de que existem ainda possibilidades inexploradas nesse campo.

Em resposta aos questionamentos levantados nos objetivos e discutidos acima, pode-se afirmar que há relação entre o sofrimento psíquico e o trabalho exercido pelos policiais militares no Brasil e que os elementos que propiciam o sofrimento psíquico nesses trabalhadores estão vinculados principalmente à organização do trabalho e as condições de trabalho, o que confirma o pressuposto inicialmente considerado.

Estudar o tema do sofrimento psíquico e sua relação com o trabalho policial, a partir do pensamento dos autores que foram apresentados no referencial teórico, foi de grande

importância por favorecer uma observação ampla das questões que se apresentam imbricadas ao tema principal, sem as quais o próprio tema não apresentaria o mesmo sentido e notoriedade. As contribuições das teorias apresentadas complementam-se embora tratem de conceitos diferentes, conferindo forte embasamento sem, necessariamente, restringir as possibilidades de aprofundamento analítico.

Ressalto, positivamente, o gradativo aumento no número de produções que versam sobre a saúde dessa classe profissional, pois denota-se uma mudança sensível nos paradigmas e uma ampliação na observação do campo de estudo referente à segurança pública. Espera-se a partir dessa evolução numérica, que permaneça essa tendência em quantidade e qualidade.

É pertinente destacar que ainda existe um vasto campo de sentidos a ser trabalhado explorado, cabe reiterar a percepção de que ainda existe uma lacuna considerável quando se trata de estudos que abordem especificamente a relação das questões de gênero, raça/etnia e classe com temas circunscritos no campo da segurança pública, com enfoque nas forças de segurança pública.

É imprescindível destacar a importância da inclusão da categoria de gênero nos estudos sobre as polícias, pois embora esteja implícito em diversos aspectos da identidade, da formação, da prática profissional e da saúde é um elemento de caráter estruturante, não somente no aspecto profissional, mas social e subjetivo. Portanto, analisar a estrutura do trabalho policial, as relações hierárquicas e todas as relações de poder aí envolvidas, como a construção da subjetividade de homens e mulheres que se dispõem ao serviço policial, pensar a estrutura da sociedade da qual estes homens e mulheres fazem parte e que exercerão seu trabalho, sem pensar sobre as relações de gênero estabelecidas, seria realizar uma análise incompleta de um tema, por si, complexo.

Pensar sobre as questões de gênero, nos levam a pensar sobre os assédios que também aparecem no contexto de algumas pesquisas. Os abusos, independentemente de sua ordem (moral ou sexual), pressupõem a existência de uma relação de poder, que não necessariamente precisa estar fundada numa estrutura hierárquica explícita, mas do sentimento ou percepção da possibilidade de subjugar a outra pessoa.

Embasado no entendimento do trabalho como algo que confere subsídios para a constituição das subjetividades, ou seja, que estrutura a identidade pessoal e social dos indivíduos, oferecendo-lhes sentido à existência, torna-se inegável a constatação de que o trabalho policial militar repercute tanto positiva quanto negativamente na saúde física e mental dos policiais. Seja auxiliando na constituição das subjetividades, proporcionando a subsistência ou dando sentido pela função exercida, seja pelo sofrimento psíquico gerado a

partir da precarização das condições de trabalho ou da rigidez da organização do trabalho, podendo levar esses trabalhadores a desenvolverem doenças de ordem física ou psicológica e, em casos extremos, ao suicídio.

Embora existam pesquisas, de diferentes áreas do conhecimento, sobre as instituições responsáveis pela segurança pública, este ainda é um campo diverso em possibilidades de temas e questões a serem pesquisadas e aprofundadas. Pretende-se, para além das respostas aos objetivos apresentados, discutir e manter em voga a discussão acerca saúde mental desses trabalhadores e as implicações diretas e indiretas do trabalho na realidade prática deles, numa conjugação de sentidos, sofrimento e prazer.

Finalizo essas considerações, afirmando que o desejo de estudar sobre a polícia militar, além das justificativas anteriormente elencadas, parte de um desejo pessoal de contribuir para a instituição. Entendendo que as contribuições precisam de fundamentos, inclinei-me aos estudos com a finalidade de compreender o mundo um pouco além do que meus olhos podiam ver dentro da instituição, portanto, as conclusões e propostas têm o objetivo precípua de colaborar e não apenas apontar falhas.

Considero necessário que se promova a sensibilização de todas as esferas hierárquicas acerca da amplitude da saúde e da saúde mental, da sua importância e os impactos institucionais em decorrência de seus problemas. Nesse interim, uma possibilidade é que tal projeto comece nos cursos de formação, que acredito ser o ambiente mais propício para tal sensibilização e talvez um dos períodos mais profícuos.

É imprescindível repensar os estigmas imputados àqueles profissionais que adoecem por conta do trabalho e com isso solidificar estratégias de enfrentamento a esses adoecimentos e seus “potencializadores”, incluindo o âmbito do trabalho como parte da solução. É igualmente importante pensar os aspectos psicológicos da vitimização policial, que são tão graves quanto a vitimização física. Para tanto é necessário fomentar em todos os estratos hierárquicos a criação de um pensamento que contemple com uma análise crítica as esferas extra institucionais.

Acredito que as soluções, bem como as respostas mais apropriadas, são construídas na coletividade, através da interlocução, da soma de esforços, considerando todos os conhecimentos, fica a expectativa que o presente estudo auxilie nessa construção ou seja ponto de partida ou provocação para novos estudos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. S. C.; BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Trabalho emocional como preditor de burnout entre policiais militares. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 35, n. 3, p. 459, 2015.
- ANTUNES, E. J. F. **Hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde**. [s.l: s.n.].
- BARCELLOS, J. A. P. DE. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo : um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS**. [s.l: s.n.].
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. São Paulo: [s.n.].
- BEZERRA, C. DE M. **Estresse ocupacional autoatribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro**. [s.l: s.n.].
- BRANT, L. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 213–223, 2004.
- BRASIL. Congresso Nacional. . 5 out. 1988, p. 440.
- CARVALHO, P. L. DE. **Mapeamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho em policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar do estado do Tocantins**. [s.l: s.n.].
- CASTRO, M. C.; ROCHA, R.; CRUZ, R. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 20, n. 2, p. 525–541, ago. 2019.
- CECCARELLI, P. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 471–477, dez. 2005.
- DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. v. 14, p. 5, 1986.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 27–34, dez. 2004.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.].
- DEJOURS, C. **Trabajo y Violencia**. Madrid: Modus Laborandi, 2009.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
- DERENUSSON, F. **Vitimização Psicológica do Policial Militar: diagnóstico e manejo institucional** Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em:
<https://onedrive.live.com/View.aspx?resid=B38B3639EB704541!530&app=PowerPoint&wdSlideId=256&wdModeSwitchTime=1539042461295&authkey=!AGNRwgk_Um8R3yI>

FERREIRA, D. K. DA S. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na Cidade do Recife - PE.** [s.l: s.n.].

FERREIRA, D. K. DA S.; AUGUSTO, L. G. DA S.; SILVA, J. M. Condições de trabalho e percepção da saúde de policiais militares. **Cad. saúde colet., (Rio J.)**, v. 16, n. 3, set. 2008.

FERREIRA, D. K. DA S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. DA S. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3403–3412, ago. 2011.

FERREIRA, D. K. DA S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. DA S. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 989–1000, dez. 2012.

FERREIRA, L. B. **Mesmo com o sacrifício da própria vida : vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF.** [s.l: s.n.].

FERREIRA, L. S. O USO DO SOFTWARE ZOTERO NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: UM ESTUDO DE CASO NA ENSP/FIOCRUZ. p. 122, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petropolis: Vozes, 2011.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial militar. p. 19, 2006.

FREITAS, T. L. L. et al. Síndrome de Burnout: implicações conflituosas entre relações profissionais e familiares. **Barbarói**, n. 51, p. 212–226, 2018.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

JOLY, B. R. **Risco e Vitimização Policial Militar: da caserna à política.** [s.l: s.n.].

LIMA, D. M. V. DE. **Trabalho e sofrimento do policial militar do estado de Goiás.** [s.l: s.n.].

MACHADO, C. E.; TRAESEL, E. S.; MERLO, Á. R. C. Profissionais da Brigada Militar: vivências do cotidiano e subjetividade. **Psicol. argum**, v. 33, n. 81, p. 238–257, ago. 2015.

MARIANO, M. DO S. S. **Representações sociais sobre o trabalho : um estudo da qualidade de vida no trabalho do policial militar em Aracaju/SE.** [s.l: s.n.].

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758–764, dez. 2008.

MENEZES, L. P. R. DE. **Suicídio e Ocupação: análise das publicações no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2016.

MINAYO, M. C. DE S. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 18, n. 3, p. 611–620, mar. 2013.

- MINAYO, M. C. DE S.; ASSIS, S. G. DE; OLIVEIRA, R. V. C. DE. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199–2209, abr. 2011.
- MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cad Saude Publica**, v. 23, n. 11, p. 2767–2779, nov. 2007.
- MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE; CONSTANTINO, P. (EDS.). **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2008.
- MIRANDA, D. **Por que Policiais se matam?** 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.].
- MONJARDET, D. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. [s.l: s.n.].
- MÜLLER, D. Z. **Uma polícia especial : possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais**. [s.l: s.n.].
- MUNIZ, J. **“SER POLICIAL É, SOBRETUDO, UMA RAZÃO DE SER” Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 1999.
- MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 84, p. 148–187, 27 abr. 2018.
- OMS. **Relatório Mundial de Saúde - Saúde Mental: uma nova concepção, nova esperança**. Portugal: Organização Mundial da Saúde, abr. 2002.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde. Documentos básicos, suplemento da 45ª edição, outubro de 2006. . out. 2006.
- PÊGO, F. P. L. E; PÊGO, D. R. Síndrome de Burnout. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 171–176, 2016.
- PELEGRINI, A. et al. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2, p. 423–430, abr. 2018.
- PEREIRA, G. K. **Associação entre variáveis ocupacionais e prevalência em agravos à saúde em policiais e bombeiros militares de Santa Catarina**. [s.l: s.n.].
- RIO DE JANEIRO, G. DO E. DO. Lei nº 443 de 01 de Julho de 1981. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. . 1 jul. 1981.
- RIO DE JANEIRO, G. DO E. DO. Lei nº 7.883 de 02 de Março de 2018. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. . 2 mar. 2018.
- RODRIGUES, D. C.; OLIVEIRA, B. N.; SILVA, A. L. F. DA. Saúde do trabalhador e qualidade de vida: experiência em um batalhão de polícia comunitário do sertão cearense. **Motrivivência (Florianópolis)**, v. 27, n. 44, p. 142–149, maio 2015.

SALES, L. J. DE M. **Medo e sofrimento social - uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico**. [s.l.] Universidade Federal do Ceará, 2013.

SANTANA, A. M. C. et al. Occupational stress, working condition and nutritional status of military police officers. **Work (Reading, Mass.)**, v. 41 Suppl 1, p. 2908–2914, 2012.

SARTORI, L. F. **Avaliação de Burnout em policiais militares : a relação entre o trabalho e o sofrimento**. [s.l: s.n.].

SCHLICHTING JUNIOR, A. M. et al. The occupational stress affects the health conditions of military police officers. **Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 43, n. 3, 2014.

SILVA, M. B. DA; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 161–170, dez. 2008.

SOUSA, R. C. DE. **Condições emocionais de policiais militares do interior de Minas Gerais**. [s.l: s.n.].

SOUZA, E. R. DE et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 7, p. 1297–1311, jul. 2012.

SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, mar. 2010.

SOUZA, L. A. S. et al. Bem-Estar Subjetivo e Burnout em Cadetes Militares: O Papel Mediador da Autoeficácia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 4, p. 744–752, dez. 2015.

SPODE, C. B. **Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar**. [s.l: s.n.].

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 362–370, 2006.